

EDITAL DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 90003/2026		Data de Acolhimento das Propostas: 15/04/2026 às 08:00h Data de encerramento das Propostas: 04/05/2026 às 10:00h Início da Sessão de Lances: 04/05/2026 às 10:00h no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br		
Objeto: Sistema de Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acesso à internet, compreendendo o fornecimento de link dedicado terrestre para atendimento da rede corporativa da câmara municipal de macapá e anexos e de link de internet banda larga via satélite em órbita terrestre baixa (leo), com utilização de tecnologia starlink ou equivalente, destinado ao atendimento dos vereadores no exercício de suas atividades institucionais, INCLUSIVE EM VEÍCULOS OFICIAIS, atendendo aos requisitos técnicos e legais estabelecidos neste Edital e seus Anexos.				
SRP? Sim		Valor Total Estimado: A Administração opta por manter o valor estimado da contratação em caráter sigiloso até o encerramento da fase de lances, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, como medida destinada a resguardar a competitividade do certame e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa.		
Exclusiva ME/EPP?	Reserva/Cota ME/EPP	Vistoria?	Margem de preferência?	Exige Amostra?
Não	Não	Não	Não	Não
Prazo para envio da proposta/documentação: Até as 10:00h a data de abertura da licitação.				
Pedidos de Esclarecimento e Impugnações: Até o dia 28/04/2026 para o endereço: cpl.cmm@macapa.ap.leg.br				
- Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da Câmara Municipal de Macapá pelo endereço https://www.gov.br/compras/pt-br , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em Andamento > Cód. UASG "931433" .				
- O Edital e seus anexos estão disponíveis para <i>download</i> no Comprasnet https://www.gov.br/compras/pt-br e também no endereço https://www.macapa.ap.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos-1/editais-de-licitacoes .				

- Eventuais pedidos de esclarecimentos, impugnações, recursos e suas respectivas respostas e demais avisos relacionados ao presente certame licitatório estarão disponíveis para *download* no endereço:

<https://www.macapa.ap.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos-1/editais-de-licitacoes>.

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

PREÂMBULO

A **Câmara Municipal de Macapá**, torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº. 90002/2026, **modo de disputa aberto**, para a prestação de serviços abaixo descrito, observado o critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**. A licitação, autorizada no **Processo Administrativo nº 9444/2025**, será regida pela Lei Federal nº. 14.133/2021 (estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), e pela Lei Complementar nº. 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e 147/2014 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. A sessão do Pregão será realizada em conformidade com este Edital na data, no horário e no endereço eletrônico na forma da convocação.

1. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DEMANDA

1.1. Sistema de Registro de Preços visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO TERRESTRE PARA ATENDIMENTO DA REDE CORPORATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ E ANEXOS E DE LINK DE INTERNET BANDA LARGA VIA SATÉLITE EM ÓRBITA TERRESTRE BAIXA (LEO), COM UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA STARLINK OU EQUIVALENTE, DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS VEREADORES NO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS, INCLUSIVE EM VEÍCULOS OFICIAIS, atendendo aos requisitos técnicos e legais estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, e pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [2.5.2](#) e [2.5.3](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. O disposto nos itens [2.5.2](#) e [2.5.3](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou

jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Leinº 14.133/2021](#).

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens [3.3](#) ou [3.4](#) sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu

valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor global da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na

fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas estaduais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO LOTE**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2,00 (dois) reais.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. No pregão eletrônico o modo de disputa será “aberto e fechado”, em razão do que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada

feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item [2.6](#) do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens [2.5.1](#) e [3.4](#) deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples, ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples, ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no

Registro onde tem sede a matriz.

7.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e da certidão específica, sob pena de inabilitação.

Habilitação fiscal e trabalhista

7.1.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.1.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.1.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Débitos e Consulta a Infrações Trabalhistas (CDCIT);

7.1.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.1.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

7.1.16. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.1.17. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

7.1.17.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial;

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.1.17.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.1.17.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, acompanhado das respectivas notas explicativas e certidão de regularidade na data do registro do balanço e na data do Certame.

7.1.18. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.1.19. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.1.20. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.1.21. Certidão Específica da JUNTA COMERCIAL DA SEDE DO LICITANTE, de atos arquivados emitida nos últimos 60 (sessenta) dias;

7.1.22. Certidão Simplificada da JUNTA COMERCIAL DA SEDE DO LICITANTE com registro de capital social emitida nos últimos 60 (sessenta) dias;

Qualificação técnico-operacional

7.1.23. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação anterior de serviços de fornecimento de link de internet dedicado, conectividade corporativa ou serviços equivalentes, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado.

7.1.24. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante possui experiência na execução de serviços de natureza semelhante, não sendo exigida comprovação de quantitativos mínimos excessivos ou tempo mínimo de execução, em observância ao art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da ampla concorrência e da razoabilidade.

7.1.25. Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, comprovem a capacidade técnica da licitante para executar o objeto da contratação.

7.1.26. A licitante deverá apresentar Termo de Autorização, Ato de Outorga, Contrato de Concessão ou documento equivalente, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que comprove sua habilitação legal para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), compatível com o objeto desta contratação, conforme referências códigos 045 e 110.

7.1.27. O referido documento deverá estar vigente na data de realização do certame, mantendo-se válido durante toda a execução contratual, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual, conforme o caso.

7.1.28. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade, veracidade e consistência das informações constantes nos atestados apresentados, podendo a licitante ser instada a fornecer informações complementares, tais como:

- a) cópia do contrato que deu origem ao atestado;
- b) endereço e contato do contratante emissor;
- c) local da prestação dos serviços;
- d) período de execução;
- e) descrição detalhada dos serviços prestados.

7.1.29. Reserva-se o direito à câmara de efetuar diligências, questionamentos, entrar em contato para dirimir eventuais dúvidas ou averiguações.

7.1.30. O fornecimento de informações inverídicas por parte do proponente ensejará a sua desclassificação.

Exigência em conformidade com §2º do Art. 67 da Lei 14.133

7.1.26. Declaração formal indicando que possui instalações e aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.1.28. Declaração emitida pelo licitante de que possui pleno conhecimento do objeto e das condições de sua execução e ainda das peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por sua proposta. A visita técnica será facultativa, caso a licitante deseje realizá-la deverá apresentar o Atestado de Visita devidamente assinado pelo servidor responsável pela contratante.

7.1.29. O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

7.1.29.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**:

7.1.29.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para Coordenadoria de Compras e Contratações – CCC da Câmara Municipal de Macapá, situado na

Avenida Pedro Baião nº 802, bairro Centro, CEP 68900-116, Macapá-AP; e

7.1.26. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ;

7.1.27. As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

7.1.28. Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.1.29. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz

7.1.30. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.30.1. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

7.1.30.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.

7.1.31. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Agente de Contratação/Pregoeiro** convocar **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

7.1.32. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

7.1.33. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.1.33.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas **licitantes** e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.1.33.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.1.34. Na análise dos documentos de habilitação, ao **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo ficarão disponíveis para consulta pelos interessados mediante solicitação por meio do e-mail: cpl.cmm@macapa.ap.leg.br.

9. DAS SANÇÕES

9.1. Com fundamento no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021, cumulativamente ou não com multa aplicada em razão de qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, a **licitante**:

9.1.1. Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Câmara Municipal de Macapá, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

9.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, nos prazos estabelecidos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.2. Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e

indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

9.2.1. Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

9.2.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.2.3. Fraudar a licitação;

9.2.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.2.5. Reputar-se inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

9.2.6. **Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;**

9.2.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº. 12.846/2013.

9.3. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei Federal nº. 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à **licitante**, em decorrência de conduta vedada neste **Pregão**, as comunicações à **licitante** serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

9.5. A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes da CMM, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: cpl.cmm@macapa.ap.leg.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante adjudicatária será convocada para firmar a Ata de Registro de Preços - ARP, conforme minuta constante no Anexo VI deste Edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado.

11.2. Será incluído, na respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao da licitante vencedora do certame, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos, de acordo com a Lei 14.133/2021.

11.3. O prazo fixado no item 11.1 poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, ocorrendo motivo justificado e aceito pela Câmara Municipal de Macapá.

11.4. O prazo de validade da ARP será de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

11.5. É facultado à Administração, quando o vencedor não assinar a ARP, no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, podendo, ainda, revogar a licitação.

11.6. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

11.6.1. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido no item 11.1, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

11.7. Os preços consignados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irrevogáveis durante o período de sua vigência, ressalvando-se o disposto na Lei 14.133/2021.

11.8. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do procedimento licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.9. As informações pertinentes ao item anterior deverão ser solicitadas preferencialmente através do e-mail: cpl.cmm@macapa.ap.leg.br.

11.10. As contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.11. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

11.12. É vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados pela ata de registro de preço.

11.13. Justifica-se a previsão para adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante do certame licitatório pelos seguintes motivos:

- a) A missão institucional da Câmara Municipal de Macapá, como órgão que visa à centralização dos processos licitatórios dos órgãos e entidades do Poder Legislativo em prol da economicidade e eficiência nas contratações estaduais;
- b) A comprovada economicidade nas contratações para a Administração Pública, tanto em termos de custos para se realizar um procedimento licitatório onde já se tem registrado o produto a ser adquirido em atas de registro de preços vigentes, quanto em termos de economia de escala, tendo em vista que a CMM é o órgão responsável pelos procedimentos licitatórios;
- c) Considerando a previsão legal constante no art. 82 ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021, que regula o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, sendo observado o princípio da legalidade;
- d) E, ainda, para atendimento de necessidades urgentes de contratação por órgãos que, por algum motivo, não tem disponível o tempo necessário à realização de seu próprio procedimento licitatório, considerando a celeridade e objetividade nas contratações através da adesão a atas de registro de preços cujo objeto já fora previamente e devidamente especificado e licitado pelo órgão gerenciador, seguindo-se os ritos de um procedimento licitatório, e sob a observância dos órgãos de controle.

12. DA REVISÃO, DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO BENEFICIÁRIO DA ARP

12.1. A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a Câmara Municipal de Macapá, por meio do Coordenadoria de Compras e Contratações (órgão gerenciador) promover as negociações necessárias junto aos fornecedores registrados, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II, do caput do art. 124, da Lei n.º 14.133/2021.

12.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Coordenadoria de Compras e Contratações, nos termos do, poderá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado ou; liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso frustrada a negociação ou; convocar os demais fornecedores registrados visando promover igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

12.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento, devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II, do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, caso em que o Coordenadoria de Compras e Contratações (órgão gerenciador), *poderá negociar os preços, visando à manutenção dos preços inicialmente registrados ou; liberar o*

fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e, sem a aplicação da penalidade, se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados ou; convocar os demais fornecedores, para assegurar iguais oportunidades de negociação.

12.5. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes;

12.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.7. O registro de preço do fornecedor será cancelado pela Administração, quando o mesmo descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável ou; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado ou; Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do Caput do Art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. De acordo com o art. 17 do Decreto Estadual n.º 1.716/2023, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II, do caput do art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

12.9. O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

12.10. O fornecedor terá seu registro de preço cancelado pela Administração se: descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o preço registrado quando se tornar superior aos praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer pelo decurso do seu prazo de vigência, se não restarem fornecedores registrados, por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior que prejudique o cumprimento da ata, quando comprovado e justificado a razão de interesse público ou o pedido do fornecedor.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. A contratação com o fornecedor registrado, poderá ser formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade da contratação, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante, devendo, como condição para a assinatura, comprovar a manutenção das condições de habilitação;

13.1.1. O fornecedor registrado será convocado para assinatura do contrato, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas neste Edital.

13.2. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante** vencedora (pelo fornecedor registrado) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

13.3. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CMM.

13.4. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

13.5. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante** vencedora.

13.6. Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

13.6.1. Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

13.6.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.7. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, prorrogável, sucessivamente, para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. Ocorrendo a prorrogação do contrato, esta será realizada mediante Termo Aditivo, reservando-se à Assembleia Legislativa do Amapá o direito de exigir, durante a prorrogação, o mesmo atendimento prestado no presente instrumento.

13.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2025.

13.10. Após o interregno de um ano, e a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.14. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação

então em vigor.

13.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. A adjudicação e homologação deste **Pregão** competem ao Presidente da Câmara Municipal de Macapá.

14.2. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante vencedora**.

15. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, contado da data de apresentação da nota fiscal-fatura, desde que devidamente certificada pela fiscalização do contrato, servidor ou parlamentar.

15.2. O CNPJ constante da nota fiscal-fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho.

16. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

16.1. Durante a vigência do Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo engenheiro desta casa ou por representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

16.2. Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

16.3. A atestação de conformidade dos serviços do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF;

17.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

17.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

17.6. Fica assegurado à Câmara Municipal de Macapá - CMM o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente;

17.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

17.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

17.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

17.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

17.11. **Quaisquer incongruências existentes entre as previsões e ou informações deste Edital e seus anexos e as do Sistema Comprasnet, prevalecerão as primeiras;**

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.13.1. Anexo I – Termo de referência;

17.13.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

17.13.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

17.13.4. Anexo IV - Modelo de declaração unificada;

17.13.5. Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

17.13.5. Anexo VI - Informativo.

Macapá-AP, 13 de abril de 2026.

FRANK JORGE BARROS INAJOZA
Coordenador de Compras e Contratações
Portaria nº 4728/2025 - CMM

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – CMM

Aprovo o presente Termo de Referência.

Margleide da Silva Alfaia
Presidente
Câmara Municipal de Macapá - CMM

Termo de Referência

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO TERRESTRE PARA ATENDIMENTO DA REDE CORPORATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ E ANEXOS E DE LINK DE INTERNET BANDA LARGA VIA SATÉLITE EM ÓRBITA TERRESTRE BAIXA (LEO), COM UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA STARLINK OU EQUIVALENTE, DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS VEREADORES NO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS, INCLUSIVE EM VEÍCULOS OFICIAIS.

MACAPÁ-AP
2026

Página 23 de 100

1. OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO TERRESTRE PARA ATENDIMENTO DA REDE CORPORATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ E ANEXOS E DE LINK DE INTERNET BANDA LARGA VIA SATÉLITE EM ÓRBITA TERRESTRE BAIXA (LEO), COM UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA STARLINK OU EQUIVALENTE, DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS VEREADORES NO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS, INCLUSIVE EM VEÍCULOS OFICIAIS.**
- 1.2 A contratação deverá contemplar o fornecimento e disponibilização de equipamentos em regime de locação (comodato), bem como os serviços de instalação, ativação, configuração, gerenciamento, suporte técnico contínuo e manutenção preventiva e corretiva, observadas as condições, especificações técnicas e quantitativos estabelecidos nos anexos deste instrumento.
- 1.3 As especificações técnicas, requisitos mínimos de desempenho, níveis de serviço (SLA), bem como os quantitativos estimados e valores unitários e totais encontram-se detalhados no **Anexo I**, parte integrante deste Termo de Referência.
- 1.4 O objeto caracteriza-se como serviço comum, pois podem ser definidos por meio de especificações objetivas, que estabelecem o padrão de qualidade do serviço a ser contratado pela Administração Pública, de acordo com as características usuais existentes no mercado, sem variações de ordem técnica nos serviços ofertados pelos diversos prestadores de serviço que atendam as tais especificações objetivas, de natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, passível de padronização e julgamento objetivo.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 2.1 A solução consiste na contratação de serviço especializado de acesso a provedor de internet, para o fornecimento de Link de Internet Dedicado, destinado à interligação da Rede Corporativa da Câmara Municipal de Macapá/AP e de locação de equipamentos para serviço de telecomunicações, com circuito de acesso à internet via satélite banda larga e uso da rede de satélites interconectados à Starlink em órbita terrestre baixa (LEO), incluindo equipamentos em locação, serviço de instalação, suporte técnico e manutenção. O qual possui características específicas de telecomunicações e é composto pelo fornecimento de equipamentos e operação, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 2.1.1 A prestação do serviço compreenderá:
 - 2.1.1.1 O fornecimento de link de internet dedicado para atendimento de toda a Câmara Municipal de Macapá/AP, em conformidade com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência;
 - 2.1.1.2 O serviço deverá observar integralmente as orientações técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo, considerando o tipo de conectividade, a largura de banda contratada e demais requisitos técnicos;
 - 2.1.1.3 O serviço deverá ser prestado de forma contínua e ininterrupta, sendo de

responsabilidade da contratada a prestação imediata de suporte técnico sempre que constatada qualquer inconformidade na execução dos serviços contratados;

- 2.1.1.4 O serviço deverá assegurar estabilidade, desempenho e disponibilidade adequados ao atendimento das atividades da Câmara Municipal de Macapá/AP e de seus anexos;
- 2.1.1.5 A entrega, instalação e configuração dos equipamentos e a ativação dos serviços deverão ser realizadas nos endereços a serem definidos durante a reunião inicial de alinhamento, ocasião em que será estabelecido o planejamento da implantação;
- 2.1.1.6 Os locais de instalação previstos no planejamento inicial poderão ser alterados, conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública, mediante comunicação formal à contratada, que deverá realizar estudo de viabilidade técnica e definir novo prazo de instalação, sem ônus adicional para a Contratante;
- 2.1.1.7 Para a implantação de cada acesso ou serviço, a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do contrato, cronograma de instalação, contendo planos de ação e implementação, elaborado em conjunto com os técnicos da Câmara Municipal de Macapá/AP;
- 2.1.1.8 Todos os circuitos entre a Sede da Câmara Municipal de Macapá/AP, a infraestrutura da contratada e o backbone da internet deverão ser compostos exclusivamente por fibra óptica (fim a fim), não sendo admitidos circuitos mistos com enlaces por rádio, satélite ou cabos metálicos, salvo nas hipóteses expressamente previstas neste Termo de Referência;
- 2.1.1.9 O link contratado deverá ser de uso exclusivo e dedicado, sendo vedado qualquer tipo de compartilhamento de banda com outros usuários;
- 2.1.1.10A contratada deverá implementar gerência proativa dos serviços contratados, com monitoramento contínuo do estado do circuito, adoção de medidas corretivas automáticas sempre que possível, recuperação dos serviços independentemente de abertura de chamado pela Contratante e disponibilização de relatórios e gráficos de consumo e desempenho do link de internet.

3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

- 3.1** A presente contratação tem como objetivo assegurar a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Macapá/AP, proporcionando aos seus servidores condições adequadas para o desempenho de suas atividades administrativas, legislativas e institucionais, refletindo diretamente na melhoria do atendimento ao cidadão e no fortalecimento da transparência pública.
- 3.2** O serviço de fornecimento de link de internet dedicado com uso da rede de satélites em órbita terrestre baixa (LEO) constitui-se como infraestrutura essencial ao funcionamento das atividades diárias da Câmara Municipal de Macapá/AP, sendo amplamente utilizado para comunicação institucional, tramitação de processos administrativos e legislativos, acesso a sistemas informatizados, realização de sessões, transmissão de eventos oficiais e atendimento às demandas da sociedade.
- 3.3** A comunicação de dados se tornou requisito básico, necessário e primordial para a prestação dos serviços à população devido ao constante uso dos sistemas que necessitam de conectividade com a internet. A ausência ou a má qualidade destes circuitos compromete totalmente o serviço prestado à sociedade.
- 3.4** Nesse contexto, a contratação visa garantir a disponibilidade contínua e segura de conectividade à

internet, indispensável para que a Câmara Municipal de Macapá/AP possa cumprir seus objetivos institucionais, estratégicos, sociais e normativos, assegurando o regular exercício de suas competências constitucionais e legais.

- 3.5** Devido à necessidade de estar presente até nas comunidades mais longínquas do município, frequentemente a CMM promove ações itinerantes com objetivo de atender à sociedade e atuar de forma inovadora na defesa dos direitos individuais e coletivos. Para isto, requer acesso aos sistemas computacionais de forma célere, segura e estável. Entretanto, atualmente a CMM utiliza circuitos de internet de parceiros, porém tais conexões são muito instáveis, inseguras ou sem cobertura de sinal no local da ação.
- 3.6** Recentes demandas comprovaram a concretização da necessidade de instalar uma estrutura de redes mais robusta, redundante, de maior capacidade e mais veloz, que seja menos complexa e capaz de se adaptar e atender aos requisitos dos serviços prestados por esta Câmara Municipal.
- 3.7** Esta necessidade fica mais evidente a partir da evolução dos serviços de TIC existentes, do crescente aumento da demanda ainda represada, da exigência por requisitos de qualidade e desempenho cada vez maiores, e do contínuo desenvolvimento e implantação de novos serviços. Construir uma infraestrutura própria para anteder as unidades Administrativas da CMM com circuitos de dados que estabeleça comunicação é inviável financeiramente, além da ausência de recursos humanos para projetar, implantação e oferecer a manutenção desta infraestrutura.
- 3.8** Por isso, busca-se a contratação de empresa que forneça o serviço de circuito de acesso à internet via satélite banda larga com uso da rede de satélites em órbita terrestre baixa (LEO), incluindo equipamentos em comodato, serviço de instalação, suporte técnico e manutenção.
- 3.9** Registra-se que a eventual descontinuidade do serviço acarretaria prejuízos significativos à execução das atividades institucionais, comprometendo o funcionamento regular da Casa Legislativa.
- 3.10** Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de link de internet dedicado, como medida imprescindível à manutenção das atividades da Câmara Municipal de Macapá/AP, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.11** A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada após a superação da fase preparatória, com o cumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, estando alinhada ao planejamento da Administração e às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Macapá/AP.

4. DO ENQUADRAMENTO LEGAL, MODALIDADE E SISTEMA DE CONTRATAÇÃO

- 4.1** O objeto enquadra-se como serviço comum, conforme art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência.
- 4.2** A licitação será processada na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum, com critério de julgamento objetivo.
- 4.3** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4** A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, em razão:
- a) da natureza continuada do serviço;
 - b) da necessidade de contratações futuras e parceladas;
 - c) da possibilidade de variação da demanda;
 - d) da conveniência administrativa e da economicidade.

- 4.5** O registro de preços não gera direito subjetivo à contratação, que ocorrerá conforme a necessidade e conveniência da Administração.

5. ESPECIFICAÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Requisitos de Negócio

- 5.1.1 Assegurar a disponibilidade contínua de conectividade à internet para suporte às atividades administrativas, legislativas e institucionais da Câmara Municipal de Macapá/AP.
- 5.1.2 Proporcionar infraestrutura tecnológica adequada para a tramitação de processos administrativos e legislativos, comunicação institucional, acesso a sistemas informatizados e transmissão de sessões e eventos oficiais.
- 5.1.3 Aprimorar a gestão institucional e a governança de tecnologia da informação, assegurando eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.
- 5.1.4 Garantir níveis adequados de desempenho, estabilidade e confiabilidade do serviço, compatíveis com o funcionamento ininterrupto da Rede Corporativa da Câmara Municipal de Macapá/AP.
- 5.1.5 Reforçar os mecanismos de segurança da informação, protegendo dados institucionais e o acesso aos sistemas utilizados pela Administração e pela sociedade.

5.2 Requisitos Legais e Normativos

- 5.2.1 A presente contratação deverá observar integralmente o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
- 5.2.2 A contratada deverá atender às normas, regulamentos e resoluções expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, comprovando possuir autorização válida para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), nos termos da regulamentação vigente.
- 5.2.3 Deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), no que couber, especialmente quanto à proteção, confidencialidade e integridade das informações trafegadas.
- 5.2.4 A execução dos serviços deverá atender, quando aplicável, às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como às boas práticas reconhecidas de mercado para serviços de conectividade corporativa.
- 5.2.5 A contratada deverá observar a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente quanto ao descarte ambientalmente adequado de equipamentos e materiais utilizados na execução do contrato.
- 5.2.6 Aplicam-se, ainda, as demais normas administrativas, técnicas e contratuais pertinentes à execução do objeto, ainda que não expressamente mencionadas neste Termo de Referência.

5.3 Requisitos Técnicos do Serviço

- 5.3.1 O serviço deverá ser prestado por meio de link de internet dedicado, exclusivo e não compartilhado, com garantia de banda contratada.
- 5.3.2 Todos os circuitos deverão ser providos em fibra óptica fim a fim, entre a Câmara Municipal de Macapá/AP, a infraestrutura da contratada e o backbone da internet, salvo hipóteses expressamente previstas neste Termo de Referência.

5.3.3 A largura de banda contratada deverá ser simétrica (download e upload) e entregue integralmente.

5.3.4 O serviço deverá suportar IPv4 e estar apto à adoção de IPv6.

5.4 Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico

5.4.1 A contratada deverá realizar monitoramento proativo e contínuo (24x7) do serviço.

5.4.2 Manutenções programadas que impliquem indisponibilidade deverão ser comunicadas à Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

5.4.3 O tempo máximo de indisponibilidade não programada do serviço não poderá ultrapassar 2 (duas) horas, observados os níveis de serviço estabelecidos.

5.4.4 A contratada deverá disponibilizar suporte técnico remoto e presencial, sempre que necessário.

5.5 Requisitos Temporais e Operacionais

5.5.1 Sempre que necessária intervenção presencial, a contratada deverá designar preposto ou equipe técnica, devidamente identificados.

5.5.2 A contratada deverá informar previamente:

- a) a quantidade de profissionais envolvidos;
- b) o período estimado da intervenção;
- c) o objetivo da visita técnica.

5.6 Requisitos de Segurança da Informação

5.6.1 A solução deverá garantir segurança, integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações trafegadas.

5.6.2 A contratada deverá adotar práticas e mecanismos de proteção contra falhas, ataques cibernéticos e acessos não autorizados, compatíveis com padrões de mercado.

5.7 Requisitos de Implantação

5.7.1 A contratada deverá elaborar e apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, o Plano de Instalação e Configuração.

5.7.2 O Plano deverá conter, no mínimo:

- a) cronograma de implantação;
- b) etapas de planejamento, instalação, configuração e testes;
- c) recursos técnicos e humanos envolvidos;
- d) identificação dos principais riscos e medidas de mitigação.

5.7.3 A implantação somente será considerada concluída após validação formal pela equipe técnica da Câmara Municipal de Macapá/AP.

5.8 Requisitos de Equipamentos e Garantia

5.8.1 Todos os equipamentos necessários à prestação do serviço deverão ser fornecidos pela contratada, permanecendo sob sua responsabilidade.

5.8.2 Os equipamentos não poderão estar descontinuados pelo fabricante.

5.8.3 A substituição de equipamentos ou componentes, temporária ou definitiva, deverá ocorrer sem qualquer custo adicional para a Contratante, com características técnicas iguais ou superiores.

5.9 Requisitos de Qualificação Técnica

5.9.1 Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação anterior de serviços compatíveis com o objeto

desta contratação, relacionados ao fornecimento de link de internet dedicado ou serviços de conectividade corporativa.

- 5.9.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante possui aptidão para executar serviços de natureza e complexidade semelhantes às previstas neste Termo de Referência, não sendo exigida comprovação de quantitativos mínimos superiores ao objeto licitado.
- 5.9.3 Será aceito um ou mais atestados que, somados, comprovem a capacidade técnica da licitante.
- 5.9.4 A licitante deverá comprovar que possui autorização válida da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), nos termos da regulamentação vigente.
- 5.9.5 A licitante deverá declarar que dispõe de estrutura operacional, equipe técnica e recursos tecnológicos compatíveis com a execução do objeto, suficientes para assegurar o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos.

5.10 Requisitos de Visita Técnica

- 5.10.1 A realização de visita técnica prévia será facultativa, cabendo à licitante avaliar a necessidade para correta elaboração de sua proposta.
- 5.10.2 A licitante não poderá alegar desconhecimento das condições locais como fundamento para inadimplemento contratual ou solicitação de acréscimos de valores.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Observar e fazer cumprir fielmente as disposições deste Termo de Referência e do contrato, especialmente no que se refere aos níveis de serviço (SLA) estabelecidos.
- 6.2 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas, de acordo com as cláusulas contratuais e a legislação vigente.
- 6.3 Designar formalmente Gestor e Fiscais do Contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, registrando em instrumento próprio as ocorrências, falhas ou irregularidades constatadas e adotando as providências cabíveis.
- 6.5 Encaminhar formalmente as demandas e comunicações à CONTRATADA por meio de ordens de serviço, notificações ou outros instrumentos oficiais, conforme previsto neste Termo de Referência.
- 6.6 Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, sempre que solicitados.
- 6.7 Receber e atestar os serviços executados pela CONTRATADA que estejam em conformidade com a proposta aceita, as especificações técnicas e as condições contratuais.
- 6.8 Notificar formalmente a CONTRATADA sobre a ocorrência de falhas, imperfeições ou irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo razoável para correção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 6.9 Efetuar o pagamento dos serviços regularmente prestados, conforme as condições, prazos e critérios estabelecidos no contrato e neste Termo de Referência.
- 6.10 Proceder à glosa de valores quando constatada cobrança indevida, execução parcial ou descumprimento de níveis de serviço, assegurando à CONTRATADA o direito ao

contraditório e à ampla defesa.

- 6.11** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas em lei e no contrato, quando verificado o descumprimento das obrigações assumidas, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
- 6.12** Comunicar formalmente à CONTRATADA todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato, inclusive aquelas que possam impactar o fornecimento do serviço de conectividade.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1** Cumprir fielmente todas as disposições deste Termo de Referência, do contrato e de sua proposta, especialmente no que se refere à implantação, operação, suporte técnico e aos níveis de serviço (SLA) estabelecidos.
- 7.2** Executar o objeto contratado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), bem como com as normas e regulamentações expedidas pela ANATEL, mantendo autorização válida para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) durante toda a vigência contratual.
- 7.3** Prestar os serviços de forma contínua, ininterrupta e adequada, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do contrato, ressalvadas as manutenções previamente comunicadas e autorizadas.
- 7.4** Fornecer todos os materiais, equipamentos, softwares, ferramentas e demais recursos necessários à perfeita execução do serviço, assumindo integral responsabilidade por sua instalação, configuração, operação, manutenção e substituição, sem ônus adicional para a Contratante.
- 7.5** Realizar a implantação do serviço nos endereços indicados pela Contratante, definidos em reunião inicial de alinhamento, observando os prazos e o cronograma aprovado.
- 7.6** Disponibilizar suporte técnico qualificado, com canais de atendimento para registro de ocorrências, funcionando 24x7, bem como atendimento especializado em horário comercial para acompanhamento da execução contratual.
- 7.7** Indicar formalmente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis após a assinatura do contrato, preposto devidamente qualificado, com poderes para representar a Contratada e responder pela execução do contrato.
- 7.8** Atender prontamente às solicitações, orientações e determinações do Gestor e dos Fiscais do Contrato, prestando os esclarecimentos solicitados dentro dos prazos estabelecidos.
- 7.9** Manter a organização técnica e administrativa necessária à execução dos serviços, observando as boas práticas de mercado, normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente.
- 7.10** Assumir integral responsabilidade técnica, operacional, trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária e comercial decorrente da execução do contrato, não transferindo tais responsabilidades à Contratante.
- 7.11** Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, quaisquer falhas, defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos.
- 7.12** Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade que possa comprometer a prestação do serviço, indicando as providências adotadas para sua solução.
- 7.13** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

- 7.14** Garantir a segurança, confidencialidade e integridade das informações trafegadas, zelando pelo sigilo das comunicações e dados, observadas as hipóteses legais de quebra de sigilo.
- 7.15** Não divulgar, veicular publicidade ou utilizar informações relativas ao contrato para fins diversos de sua execução, sem prévia e expressa autorização da Contratante.
- 7.16** Assinar e cumprir os Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo e de Ciência das Normas de Segurança, bem como exigir o mesmo de seus empregados diretamente envolvidos na execução do contrato.
- 7.17** Responder por danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados, prepostos ou representantes, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 7.18** A CONTRATADA deverá possuir reserva técnica de componentes sobressalentes suficientes disponíveis em alguma cidade no Estado do Amapá, devendo comprovar os RECURSOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO NEGÓCIO DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DO CONTRATO CONTRATANTE.
- 7.19** A CONTRATADA deverá manter disponível os componentes sobressalentes para uso exclusivo da CMM.
- 7.20** O serviço do circuito de internet via satélite deve ser provido durante 24 horas por dia, sem interrupções.
- 7.21** A CONTRATADA deverá possuir reserva técnica de componentes sobressalentes suficientes, caso haja necessidade de substituição para cumprimento dos prazos de SLA, conforme definidos no ANEXO I.
- 7.22** A CONTRATADA deve manter a quantidade mínima dos componentes sobressalentes no percentual de 5% do total de circuitos contratados.
- 7.23** A CONTRATADA deve comprovar este percentual de componentes sobressalentes em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- 7.24** Sujeitar-se às alterações quantitativas do contrato, na forma prevista no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, quando devidamente justificadas e formalizadas.
- 7.25** Cumprir quaisquer outras obrigações que decorram da natureza do objeto contratado, da legislação aplicável ou do instrumento contratual.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1 Rotinas de Execução

- 8.1.1** Após a assinatura do Contrato e a designação formal do Gestor e dos Fiscais do Contrato, será realizada Reunião Inicial de Alinhamento, com a finalidade de nivelar entendimentos quanto às condições contratuais, ao Edital e a seus anexos, bem como esclarecer aspectos técnicos, administrativos e operacionais relativos à execução do objeto.
- 8.1.2** A Reunião Inicial ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do Contrato, podendo ser realizada de forma presencial ou remota, a critério da CONTRATANTE, e prorrogada mediante justificativa formal.
- 8.1.3** A pauta mínima da Reunião Inicial deverá contemplar, no mínimo:
 - 8.1.3.1** Apresentação formal do Preposto da Contratada, por seu representante legal, mediante carta de designação contendo, no mínimo, nome completo, CPF, cargo, telefone e endereço eletrônico, devendo o preposto atuar como interlocutor principal

junto à CONTRATANTE para assuntos técnicos, administrativos e operacionais relativos à execução do contrato;

8.1.3.2 Definição e validação dos endereços e pontos de instalação para execução dos serviços, vinculados aos CNPJs da CONTRATANTE;

8.1.3.3 Alinhamento do cronograma de implantação, níveis de serviço (SLA), procedimentos de atendimento, manutenção e suporte técnico;

8.1.3.4 Apresentação dos mecanismos de comunicação, gestão de chamados e procedimentos de fiscalização.

8.1.4 Poderão ser incluídas outras pautas que as partes julgarem pertinentes para garantir a adequada execução do contrato, desde que registradas em Ata de Reunião.

8.1.5 Mecanismos Formais de Comunicação

8.1.5.1 Ficam definidos como mecanismos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para fins de acompanhamento, fiscalização e registro da execução contratual, os seguintes instrumentos:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de Abertura de Chamados;
- e) Correio eletrônico (e-mail) institucional.

8.2 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

8.2.1 A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, documentos, sistemas, mídias, equipamentos ou meios de armazenamento a que tiver acesso em razão da execução do contrato, independentemente da classificação de sigilo atribuída pela CONTRATANTE.

8.2.2 É vedada à CONTRATADA, sob qualquer pretexto, a divulgação, reprodução, compartilhamento ou utilização das informações obtidas para fins diversos da execução do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

8.2.3 A CONTRATADA deverá observar integralmente as normas internas de segurança da informação da CONTRATANTE, bem como as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 Critérios de Recebimento, Aceitação e Fiscalização

9.1.1 O recebimento dos serviços será realizado em conformidade com os arts. 140 a 143 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o atendimento integral às especificações técnicas, aos níveis mínimos de serviço (SLA) e às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1.2 O Termo de Recebimento Definitivo será emitido após a verificação do cumprimento dos indicadores de desempenho e disponibilidade definidos neste instrumento, bem como da regular execução contratual atestada pelo Gestor e Fiscais do Contrato.

9.1.3 Constituem critérios objetivos de aceitação dos serviços:

- a) cumprimento dos níveis mínimos de serviço exigidos;
- b) manutenção da disponibilidade mínima mensal contratada;

- c) atendimento tempestivo aos chamados;
- d) inexistência de falhas graves ou reincidentes não sanadas.

9.2 Níveis Mínimos de Serviço (SLA)

- 9.2.1 O serviço de acesso à internet deverá operar em regime ininterrupto (24x7), com largura de banda simétrica, dedicada e exclusiva, sem restrições de tráfego, filtros ou proxies.
- 9.2.2 A disponibilidade mensal mínima exigida será de 95% (noventa e cinco por cento), considerando toda a infraestrutura envolvida na prestação do serviço.
- 9.2.3 Considera-se indisponibilidade:
 - a) interrupção total do tráfego de dados;
 - b) degradação do serviço com latência, perda de pacotes ou banda inferior à contratada;
 - c) falhas de equipamentos ou infraestrutura sob responsabilidade da CONTRATADA.
- 9.2.4 A CONTRATADA deverá prover:
 - a) conectividade IPv4, com possibilidade de implementação de IPv6 sem ônus adicional;
 - b) proteção contra ataques DoS e DDoS em backbone;
 - c) monitoramento contínuo do link e dos serviços.
- 9.2.5 O atendimento a chamados técnicos deverá observar os seguintes prazos máximos:
 - I- Nível 1 (link indisponível): até 1 hora;
 - II- Nível 2 (degradação do serviço): até 2 horas;
 - III- Nível 3 (solicitações diversas): até 6 horas.

9.3 Da continuidade e Disponibilidade do Serviço

- 9.3.1 O serviço deverá permanecer disponível durante toda a vigência contratual, admitindo-se apenas interrupções programadas previamente autorizadas pela CONTRATANTE.
- 9.3.2 Manutenções preventivas deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, mediante autorização formal.
- 9.3.3 O Índice de Disponibilidade Mensal (ID) será calculado conforme a fórmula:
$$ID = ((T_m - T_i) / T_m) \times 100$$

onde:

T_m = tempo total mensal (em minutos);

T_i = tempo total de indisponibilidade (em minutos).

- 9.3.4 O descumprimento do SLA ensejará descontos proporcionais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

9.4 Gestão, Monitoramento e Relatórios

- 9.4.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar solução de gerenciamento da rede que permita:
 - a) monitoramento em tempo real;
 - b) acompanhamento de disponibilidade, desempenho e falhas;
 - c) geração de relatórios gerenciais mensais.
- 9.4.2 Os relatórios deverão conter, no mínimo:
 - a) disponibilidade do serviço;
 - b) consumo de banda;
 - c) registros de indisponibilidade;
- 9.4.3 chamados abertos e solucionados;
- d) indicadores de cumprimento do SLA.

9.5 Sanções Administrativas

9.5.1 O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2 As sanções aplicáveis incluem:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade.

9.5.3 As multas poderão ser aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração e descontadas dos pagamentos devidos, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

9.6 Glosa e Ajustes no Pagamento

9.6.1 O não atingimento dos níveis mínimos de serviço autorizará a glosa proporcional dos valores faturados.

9.6.2 A glosa será precedida de notificação formal, assegurado prazo para manifestação da CONTRATADA.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, após a comprovação do recebimento definitivo do objeto, em conformidade com este Termo de Referência e com o contrato.

10.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA ficará condicionada ao recebimento definitivo dos serviços, mediante ateste formal do Fiscal ou Gestor do Contrato, certificando que a execução ocorreu em conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço e demais condições pactuadas.

10.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, a qual será verificada, preferencialmente, por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou, na impossibilidade de acesso, mediante apresentação da documentação exigida pela legislação vigente.

10.4 Constatada, no momento da verificação, eventual irregularidade da situação fiscal da CONTRATADA, o pagamento ficará suspenso até que sejam sanadas as pendências, nos termos da legislação aplicável, sem que isso gere direito a reajuste, atualização monetária ou indenização à CONTRATADA.

10.5 O aceite dos serviços prestados será formalizado mediante ateste nas respectivas Notas Fiscais/Faturas, correspondendo exclusivamente aos serviços efetivamente executados e disponibilizados no período de faturamento, observados os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

10.6 Em nenhuma hipótese serão efetuados pagamentos por serviços não contratados, não executados ou realizados em desacordo com as especificações técnicas, tampouco pagamentos antecipados.

10.7 A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, o detalhamento técnico da utilização do serviço de dados referente ao ciclo de faturamento encerrado, devendo a CONTRATADA encaminhar as informações solicitadas no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, em meio eletrônico e formato compatível com os padrões definidos neste Termo de Referência.

- 10.8** O setor competente para a liquidação da despesa deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada contém todos os elementos essenciais exigidos pela legislação vigente, especialmente:
- 10.8.1 data de emissão;
 - 10.8.2 identificação do contrato e do órgão contratante;
 - 10.8.3 período de referência da prestação dos serviços;
 - 10.8.4 descrição clara e objetiva do objeto faturado;
 - 10.8.5 valor total a pagar;
 - 10.8.6 destaque dos tributos e das retenções legais incidentes, quando aplicáveis.
- 10.9** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA promova as devidas correções. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data da regularização, não acarretando qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- 10.10** Será aplicada glosa ou retenção proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, sempre que for constatado que a CONTRATADA:
- 10.11** não atingiu os níveis de serviço acordados;
 - 10.12** deixou de executar, total ou parcialmente, as atividades contratadas;
 - 10.13** executou os serviços em desacordo com as condições técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.14** Considera-se como data de pagamento aquela em que for efetivamente emitida a ordem bancária em favor da CONTRATADA.
- 10.15** Nos casos de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência, será devida compensação financeira, calculada entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias corridos entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela devida;

I = Índice de compensação financeira, correspondente à taxa anual de 6% (seis por cento), calculada pela fórmula $I = (6/100) / 365$, resultando em 0,00016438.

11. DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 11.1** A execução do contrato será acompanhada, controlada e fiscalizada pela Câmara Municipal de Macapá/AP, por meio de Gestor do Contrato e Fiscais do Contrato, formalmente designados por ato administrativo, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2** A fiscalização terá por finalidade assegurar que os serviços sejam prestados em estrita conformidade com:
- a) este Termo de Referência;
 - b) o contrato firmado;
 - c) a proposta vencedora;
 - d) os níveis mínimos de serviço (SLA);

- e) a legislação aplicável.

11.3 Do Gestor do Contrato

11.3.1 O Gestor do Contrato será o responsável pela coordenação geral da execução contratual, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

- a) acompanhar o cumprimento das cláusulas contratuais e prazos estabelecidos;
- b) gerir a relação administrativa entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
- c) autorizar formalmente alterações, ajustes ou providências necessárias à boa execução do contrato;
- d) analisar e decidir sobre pedidos de reajuste, revisão, repactuação ou prorrogação contratual, quando cabíveis;
- e) encaminhar à autoridade competente eventuais irregularidades ou descumprimentos contratuais para adoção de medidas administrativas.

11.3.2 O Gestor do Contrato atuará de forma integrada com os Fiscais do Contrato, consolidando informações técnicas, administrativas e operacionais relativas à execução do objeto.

11.4 Dos Fiscais do Contrato

11.4.1 A fiscalização técnica e operacional do contrato será exercida por Fiscal(is) do Contrato, designado(s) especificamente para esse fim, competindo-lhes:

- a) acompanhar a execução técnica dos serviços;
- b) verificar a conformidade da instalação, operação e manutenção do link de internet dedicado;
- c) monitorar o cumprimento dos níveis de serviço (SLA), indicadores de desempenho, disponibilidade e qualidade;
- d) registrar ocorrências, falhas, interrupções, degradações e demais inconformidades;
- e) solicitar correções, ajustes ou providências à CONTRATADA, fixando prazos razoáveis para saneamento.

11.4.2 O Fiscal do Contrato será responsável pelo ateste das Notas Fiscais/Faturas, condicionando o aceite mensal ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais e dos níveis mínimos de serviço.

11.5 Instrumentos e Mecanismos de Fiscalização

11.5.1 Para fins de controle e fiscalização da execução contratual, poderão ser utilizados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

- a) relatórios técnicos e gerenciais mensais emitidos pela CONTRATADA;
- b) registros de chamados técnicos e protocolos de atendimento;
- c) relatórios de monitoramento de disponibilidade, desempenho e consumo de banda;
- d) atas de reuniões de acompanhamento;
- e) ordens de serviço e comunicações formais.

11.5.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE acesso às informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato, inclusive dados de monitoramento em tempo real, quando aplicável.

11.6 Registro de Ocorrências e Não Conformidades

11.6.1 Todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato deverão ser registradas em instrumento próprio, físico ou eletrônico, contendo:

- a) descrição do fato;
- b) data e horário da ocorrência;

- c) impacto na prestação do serviço;
- d) providências adotadas pela CONTRATADA;
- e) prazo para solução.

11.6.2 O registro de ocorrências servirá de subsídio para:

- a) aplicação de glosas;
- b) apuração de responsabilidades;
- c) aplicação de sanções administrativas;
- d) avaliação de desempenho da CONTRATADA para fins de prorrogação contratual.

11.7 Da atuação da Fiscalização

11.7.1 A atuação do Gestor e dos Fiscais do Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, nem a exonera de suas obrigações legais, técnicas, contratuais e regulatórias.

11.7.2 A fiscalização poderá:

- a) exigir a correção imediata de falhas ou irregularidades;
- b) determinar a substituição de equipamentos ou componentes inadequados;
- c) sustar, total ou parcialmente, a execução dos serviços, quando constatado risco à Administração ou descumprimento contratual relevante, mediante justificativa formal.

11.8 Integração com Pagamento, Glosa e Sanções

11.8.1 O controle e a fiscalização da execução contratual estarão diretamente vinculados:

- a) ao aceite provisório e definitivo do objeto;
- b) ao ateste mensal das Notas Fiscais/Faturas;
- c) à aplicação de glosas proporcionais;
- d) à aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

11.8.2 O histórico de desempenho da CONTRATADA será considerado para fins de:

- a) prorrogação contratual;
- b) manutenção do registro de preços;
- c) avaliação da vantajosidade da contratação.

i.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

12.1 Nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021, a existência de dotação orçamentária será exigida apenas no momento da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços.

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Os contratos eventualmente firmados durante a vigência da Ata de Registro de Preços deverão ser celebrados dentro do prazo de vigência da respectiva Ata e terão vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

13.3 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser prorrogados sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite legal aplicável aos serviços de natureza contínua, desde que mantida a necessidade da

contratação, a vantajosidade dos preços e o interesse público, devidamente justificados em processo administrativo.

- 13.4** A prorrogação contratual ficará condicionada à avaliação formal do desempenho da CONTRATADA, ao cumprimento dos níveis de serviço pactuados e à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 14.1** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços e os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado:

I- da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, para os preços nela registrados;
ou

II- da data da assinatura do contrato, para os contratos dela decorrentes, em conformidade com o disposto no art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

- 14.2** O reajuste será calculado mediante a aplicação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, divulgado pelo órgão oficial competente, ou outro índice setorial que venha a substituí-lo, desde que previamente aceito pela Administração.

- 14.3** O reajuste não será automático, devendo ser formalmente solicitado pela CONTRATADA, mediante requerimento devidamente instruído com a memória de cálculo e a demonstração da variação do índice aplicável.

- 14.4** A concessão do reajuste ficará condicionada à análise e à aprovação da Administração, observada a manutenção da vantajosidade econômica e o interesse público.

- 14.5** Eventuais reduções de preços praticadas no mercado ou decorrentes de alterações regulatórias poderão ensejar revisão contratual, nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e formalizadas em processo administrativo próprio.

- 14.6** Qualquer reajuste ou revisão de preços somente produzirá efeitos financeiros após a formalização por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

15. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 15.1** O julgamento das propostas será realizado com base no critério de MENOR PREÇO, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observado o atendimento integral às especificações técnicas, condições e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

- 15.2** Para fins de julgamento, serão consideradas apenas as propostas que atendam plenamente às características técnicas mínimas exigidas para o fornecimento do link de internet dedicado, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem desconformidade com as especificações do objeto.

- 15.3** A licitante deverá formular seus lances com base nos quantitativos e parâmetros técnicos definidos no objeto da contratação, ciente de que tais estimativas não constituem obrigação de consumo por parte da CONTRATANTE, tratando-se apenas de referência para a formação dos preços.

- 15.4** Os preços ofertados deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real), contemplando todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamentos, equipamentos, manutenção, suporte técnico e quaisquer outras despesas necessárias à plena execução do objeto.

- 15.5** A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar a proposta de preços final, devidamente readequada ao valor do último lance ofertado, utilizando o modelo disponibilizado no edital, limitada exclusivamente aos itens em que for vencedora.
- 15.6** A avaliação das propostas observará exclusivamente critérios objetivos, vedada a adoção de fatores subjetivos ou discricionários, em estrita observância aos princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.
- 15.7** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, cabendo à licitante, quando provocada, comprovar a exequibilidade da proposta apresentada.
- 15.8** Em caso de empate entre propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.9** O julgamento da proposta vencedora resultará no registro dos preços em Ata de Registro de Preços, não gerando direito subjetivo à contratação, que ocorrerá conforme a necessidade e conveniência da Administração, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

16. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 16.1** O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum, de natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, razão pela qual a licitação será processada na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, c/c art. 6º, inciso XLI, e art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2** A execução dos serviços será realizada de forma indireta, não se enquadrando nas hipóteses de vedação previstas na legislação vigente, especialmente por não se tratar de atividade típica de Estado nem envolver subordinação direta ou pessoalidade com a Administração Pública.
- 16.3** O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR LOTE, observado o atendimento integral às especificações técnicas, níveis mínimos de serviço (SLA) e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.4** A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se pela natureza continuada do serviço, pela imprevisibilidade da demanda, pela necessidade de contratações futuras e parceladas, bem como pela conveniência administrativa, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.5** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade, subordinação direta ou habitualidade, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade por seus empregados.

17. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E TÉCNICA

- 17.1** A habilitação das licitantes tem por finalidade assegurar que apenas empresas legalmente constituídas, regulares e tecnicamente aptas participem do certame, garantindo a adequada execução do objeto, a continuidade do serviço público e a mitigação de riscos contratuais, em conformidade com os arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2** As exigências de habilitação serão compatíveis com a natureza do objeto, limitadas ao

estritamente necessário para comprovação da capacidade da licitante, vedada a imposição de requisitos excessivos ou desproporcionais que restrinjam a competitividade do certame.

17.3 Da qualificação Técnica:

- 17.3.1 Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação anterior de serviços de fornecimento de link de internet dedicado, conectividade corporativa ou serviços equivalentes, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado.
- 17.3.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que a licitante possui experiência na execução de serviços de natureza semelhante, não sendo exigida comprovação de quantitativos mínimos excessivos ou tempo mínimo de execução, em observância ao art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da ampla concorrência e da razoabilidade.
- 17.3.3 Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, comprovem a capacidade técnica da licitante para executar o objeto da contratação.
- 17.3.4 A licitante deverá apresentar Termo de Autorização, Ato de Outorga, Contrato de Concessão ou documento equivalente, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que comprove sua habilitação legal para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), compatível com o objeto desta contratação, conforme referências códigos 045 e 110.
- 17.3.5 O referido documento deverá estar vigente na data de realização do certame, mantendo-se válido durante toda a execução contratual, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual, conforme o caso.
- 17.3.6 A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade, veracidade e consistência das informações constantes nos atestados apresentados, podendo a licitante ser instada a fornecer informações complementares, tais como:
 - a) cópia do contrato que deu origem ao atestado;
 - b) endereço e contato do contratante emissor;
 - c) local da prestação dos serviços;
 - d) período de execução;
 - e) descrição detalhada dos serviços prestados.

17.4 Da Habilitação Jurídica

- 17.4.1 A habilitação jurídica da licitante será comprovada mediante a apresentação dos documentos previstos no art. 66 da Lei nº 14.133/2021, compatíveis com sua natureza jurídica, com o objetivo de demonstrar sua existência legal, capacidade de contratar e regular constituição, incluindo, conforme o caso:
- 17.4.2 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
- 17.4.3 prova de eleição dos administradores ou dirigentes, quando aplicável;
- 17.4.4 inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades simples.
- 17.4.5 Os documentos deverão estar atualizados e refletir fielmente a situação jurídica da licitante no momento da habilitação.

17.5 Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- 17.5.1 A comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista será realizada nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de demonstrar que a licitante encontra-se em situação regular perante o Poder Público e apta a contratar com a Administração.
- 17.5.2 Para esse fim, a licitante deverá comprovar:

- a) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- c) regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- d) inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.5.3 A verificação da regularidade poderá ser realizada, preferencialmente, por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ficando dispensada a apresentação física de documentos que constem válidos no sistema.

17.6 Da Qualificação Econômico-Financeira

17.6.1 A qualificação econômico-financeira tem por objetivo comprovar que a licitante possui capacidade financeira suficiente para suportar os encargos da execução contratual, sem comprometer a continuidade do serviço.

17.6.2 Para esse fim, poderão ser exigidos, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei;
- b) comprovação de índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, compatíveis com a natureza e a dimensão do objeto;
- c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei;
- d) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

17.6.3 As exigências econômico-financeiras observarão estritamente os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, sendo vedada a imposição de requisitos que extrapolem o risco envolvido na contratação.

17.7 Disposições Gerais sobre a Habilitação

17.7.1 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar válidos na data de sua apresentação e poderão ser apresentados em meio eletrônico, conforme previsto no edital.

17.7.2 O atendimento aos requisitos de habilitação constitui condição indispensável para a contratação, devendo a licitante manter todas as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Será admitida a subcontratação apenas de atividades acessórias ou complementares, estritamente necessárias à execução do objeto, tais como serviços de infraestrutura física, obras civis, lançamento de cabos, adequações prediais e serviços auxiliares de instalação, vedada, em qualquer hipótese, a subcontratação do objeto principal, consistente no provimento, gerenciamento e operação do link de internet dedicado.

18.2 A subcontratação não poderá ultrapassar o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor total registrado na Ata de Registro de Preços ou contratado, devendo ser previamente comunicada e autorizada pela CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do objeto, qualidade dos serviços, cumprimento dos níveis de serviço e obrigações contratuais.

18.3 A subcontratação não exime nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto às obrigações legais, técnicas, administrativas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais

assumidas perante a Administração Pública.

18.4 É vedada a subcontratação de empresas que:

- a) não atendam às exigências legais e regulatórias aplicáveis, inclusive autorizações da ANATEL, quando exigíveis;
- b) estejam impedidas de contratar com a Administração Pública;
- c) não atendam às normas de segurança da informação e proteção de dados.

18.5 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA por outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam atendidos, pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas integralmente as cláusulas e condições contratuais;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto;
- d) haja anuência expressa e formal da CONTRATANTE, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

19. DA GESTÃO DA MATRIZ DE RISCOS

19.1 A presente contratação observará os princípios da gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados à prevenção de falhas na execução contratual, à continuidade do serviço público e à mitigação de impactos operacionais, financeiros e institucionais decorrentes de eventuais intercorrências.

19.2 A gestão de riscos tem por finalidade identificar, analisar, avaliar e tratar eventos que possam comprometer a adequada prestação do serviço de fornecimento de link de internet dedicado, considerando, dentre outros, os seguintes riscos:

- a) indisponibilidade ou degradação do serviço;
- b) falhas na infraestrutura física ou lógica;
- c) atrasos na implantação;
- d) descumprimento dos níveis de serviço (SLA);
- e) vulnerabilidades de segurança da informação;
- f) dependência excessiva de terceiros subcontratados.

19.3 Para mitigação dos riscos identificados, a Administração exigirá da CONTRATADA:

- a) monitoramento proativo e contínuo do serviço;
- b) planos de contingência e redundância compatíveis com a criticidade do serviço;
- c) pronta resposta a incidentes, conforme prazos definidos nos níveis de serviço;
- d) manutenção preventiva da infraestrutura;
- e) adoção de boas práticas de segurança da informação.

19.4 A gestão de riscos será acompanhada continuamente pelo Gestor e pelos Fiscais do Contrato, que poderão adotar medidas corretivas, preventivas ou sancionatórias, sempre que constatada a materialização de riscos ou a elevação de sua probabilidade ou impacto.

19.5 A eventual ocorrência de riscos não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, tampouco transfere à Administração o ônus por falhas decorrentes de inadequada execução do objeto.

20. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

20.1 Locais de execução dos serviços

- 20.1.1 Os serviços deverão ser executados nas dependências da Câmara Municipal de Macapá, situada na Avenida FAB, nº 800, Bairro Central, Macapá/AP, bem como em seu prédio anexo, localizado na Avenida Pedro Baião, nº 802, Bairro Central, Macapá/AP, ou em outros endereços que venham a ser formalmente indicados pela CONTRATANTE, no âmbito do Município de Macapá.
- 20.1.2 O recebimento dos serviços será realizado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.
- 20.1.3 O recebimento dos serviços contratados observará o disposto nos arts. 140 a 143 da Lei nº 14.133/2021, sendo realizado em duas etapas distintas: recebimento provisório e recebimento definitivo, com o objetivo de assegurar a conformidade da execução com as especificações técnicas, níveis de serviço (SLA) e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

20.2 Recebimento provisório

- 20.2.1 O Recebimento Provisório do objeto ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a instalação/remanejamento da solução, para efeito de posterior verificação da conformidade da solução implantada com a devida especificação e quantitativo. Prazo este necessário para que a FISCALIZAÇÃO conclua os testes a fim constatar o funcionamento regular e realize as inspeções apropriadas.
- 20.2.2 O recebimento provisório ocorrerá após a instalação, ativação e disponibilização dos serviços, mediante verificação preliminar do atendimento às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo testes de conectividade, desempenho e integração à rede da CONTRATANTE. Será formalizado por meio de termo circunstanciado emitido pela fiscalização do contrato.
- 20.2.3 Para efeito de RECEBIMENTO da instalação/remanejamento, a CONTRATADA deverá comunicar a efetiva instalação, configuração e disponibilização do serviço.
- 20.2.4 A CMM enviará servidor para vistoria presencial em cada localidade para avaliar e receber provisoriamente o serviço. Serão realizados testes de conexão (velocidade, latência, acesso, perdas de pacotes e outros), assim como vistoriar a instalação física inicialmente instalada (material utilizado, passagens de cabos, fixação e outros).
- 20.2.5 Caso seja identificado algum item divergente ao exigido no Edital, o servidor emitirá relatório de vistoria técnica identificando o(s) problema(s) para que a CONTRATADA sane as pendências.
- 20.2.6 Caso sejam verificados erros ou impropriedades impeditivos de recebimento do serviço prestado, a CONTRATANTE poderá recusar sua implantação, sem que isso gere direito à CONTRATADA de protelar a implantação dentro dos prazos definidos.
- 20.2.7 A CONTRATADA deverá promover as correções necessárias, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas.
- 20.2.8 Na hipótese da CONTRATADA não sanar as pendências relacionadas ao fornecimento ou não conseguir cumprir as exigências associadas aos prazos de instalação e ativação, serão iniciados os procedimentos de penalidades previstas no contrato.
- 20.2.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 20.2.10 Tendo sido realizados, com sucesso, os testes de funcionamento e a inspeções das instalações, a CONTRATANTE, por meio da FISCALIZAÇÃO, emitirá um Termo de Recebimento Definitivo, atestando a conformidade dos mesmos com as especificações constantes no Termo, liberando o início de faturamento.

20.3 Recebimento definitivo

- 20.3.1 O recebimento definitivo do objeto ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis a partir da data do recebimento provisório.
- 20.3.2 A CMM enviará servidor para vistoria presencial em cada localidade para avaliar e receber em definitivo o serviço.
- 20.3.3 Serão realizados novos testes de conexão (velocidade, latência, acesso, perdas de pacotes e outros), assim como vistoriar a instalação física ajustada (material utilizado, passagens de cabos, fixação e outros).
- 20.3.4 O prazo de garantia do serviço de instalação/remanejamento (nos Itens 01 e 02) é de 30 (trinta) dias.
- 20.3.5 O recebimento do objeto não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento de todas as facilidades e vantagens oferecidas, estendendo-se a necessidade de teste destas facilidades ao longo do período de garantia.
- 20.3.6 Mensalmente, a qualidade do serviço será avaliada, sendo considerados os critérios e indicadores constantes neste documento.
- 20.3.7 Os custos relativos à ativação do serviço serão pagos uma única vez, no primeiro mês seguinte à liberação para início de faturamento

20.4 Aceitação

- 20.4.1 Os testes de aceitação dos serviços de rede serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade/funcionais, os quais utilizarão as ferramentas de medição próprias (lperf) ou equivalentes; teste de acesso aos sistemas do Órgão e teste de acesso à Internet, os quais deverão atender aos requisitos mínimos especificados de latência, taxa de erro, perda de pacotes e velocidade/capacidade contratada.
- 20.4.2 A inspeção das instalações físicas envolverá a verificação das especificações dos hardwares fornecidos, a correta instalação e configuração dos equipamentos e cabeamento e demais exigências constantes deste documento.
- 20.4.3 As inspeções ocorrerão no início do contrato para fins de aceitação, assim como eventualmente e a qualquer momento a CONTRATANTE poderá realizar novas inspeções para verificações das instalações físicas afim de garantir e atestar a melhor prestação do serviço.
- 20.4.4 Em caso de substituição de equipamentos, material ou acessórios, a CONTRATADA deve substituir por produto/material novo igual ou superior em até 30 (trinta) dias após a notificação da CONTRATANTE, sem que haja interrupção do serviço. A FISCALIZAÇÃO realizará novamente os testes e inspeções necessárias para fins de aceitação.
- 20.4.5 Prazo de garantia da implantação: 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo.

20.5 Critério de Aceitação - Métrica e Periodicidade

20.5.1 Níveis de Serviço

- 20.5.1.1 Na prestação dos serviços objeto deste Termo, a CONTRATADA obriga-se a atender aos parâmetros mínimos aceitáveis do acordo de nível de serviço (SLA) especificado a seguir, sem que isso isente a CONTRATADA de cumprir todas as demais exigências deste Termo, também passíveis de sanção

20.5.2 DISPONIBILIDADE DO ENLACE

- 20.5.2.1 A disponibilidade do serviço indica o percentual de tempo, durante o período de 1 (um) mês de operação, em que um ponto de acesso integrante do serviço permanecer em condições normais de funcionamento. No cálculo da disponibilidade serão consideradas todas as interrupções do serviço, exceto as programadas pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

Indicador 01: Disponibilidade do Enlace	
Descrição do Indicador	Percentual de tempo, durante o período do mês de operação, em que um enlace fim-a-fim venha a permanecer em condições normais de funcionamento
Fórmula de Cálculo	$IDM = \frac{(T_o - T_i)}{T_o} \times 100$ <p>Onde: IDM = índice de disponibilidade mensal do enlace em %; To = período de operação (um mês) em minutos; Ti = somatório dos tempos de inoperância durante o período de operação (um mês) em minutos.</p>
Periodicidade de aferição	Mensal
Limiar de Qualidade	Disponibilidade mensal mínima (em %): 98,5%
Pontos de controle	A CONTRATADA realizará, por meio da solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito de todos os enlaces pelo tempo de duração do contrato.
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente para CONTRATANTE, relatórios com os índices apurados conforme definido neste Termo de Referência.

20.5.3 **RETARDO DA REDE:** O tempo máximo de retardo na comunicação para enlaces via satélite, com um único salto, deverá ser igual ou inferior a 120 milissegundos, verificado conforme tabela a seguir:

Indicador 02: Retardo da Rede (RTT)	
Descrição do Indicador	Entende-se como retardo da rede o tempo gasto entre a transmissão de um pacote de um computador local até um remoto e a recepção da resposta do computador remoto até o local.
Fórmula de Cálculo	A apuração do retardo na rede da CONTRATANTE será efetuada com o envio de pacotes ICMP de tamanho fixo de 32 octetos de dados, com origem no Datacenter e destino no site remoto da CONTRATANTE e retornando à origem onde será realizada a medição do tempo de resposta destes pacotes. O retardo de cada medição será o tempo de resposta correspondente ao tempo de ida e volta do pacote.

	<p>O tempo de resposta limite a ser aguardado para cada pacote deverá ser de 5 segundos. Valores superiores a este tempo serão considerados "timeout". Portanto, na ocorrência de <i>timeout</i>, deverá ser considerado como tempo de resposta o valor de 6 segundos. Cada medida deverá ser realizada através do envio de uma série de 5 pacotes ICMP por vez. O valor instantâneo do retardo referente a uma medida será igual à média aritmética dos cinco valores dos tempos de resposta referentes à série de pacotes ICMP enviados</p> $\text{Valor}_{da\ medida} = \frac{\sum_{i=1}^5 \text{Retardo}}{5}$ <p>Os intervalos de observação deverão ser de 5 minutos. Todos os resultados obtidos através das medições deverão ser disponibilizados e considerados no indicador diário de Retardo. Os valores das médias diárias das medidas deverão ser inferiores ao valor estabelecido para o Retardo máximo permitido (limiar de qualidade).</p>
Periodicidade de aferição	Diária
Limiar de Qualidade	Retardo máximo permitido (milissegundos): 120 ms
Pontos de controle	Medições a serem realizadas pela CONTRATADA, permitindo auditoria pela CONTRATANTE para aferição dos valores deste indicador.
Relatórios de Níveis de Serviço	<p>A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente, quando solicitado pela CONTRATANTE, um relatório com os diversos valores apurados. Os relatórios deverão fornecer os valores diários medidos e as médias de retardo para cada enlace. A CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas após a solicitação da CONTRATANTE, relatórios diários com os valores de Retardo para medição realizada, com a finalidade de acompanhamento, averiguação ou auditoria.</p>

20.5.4 **PERDA DE PACOTES:** a perda de pacotes máxima admitida será de 2%, verificado conforme tabela a seguir:

Indicador 03: Perda de Pacotes	
Descrição do Indicador	Representa a quantidade de pacotes perdidos fim-a-fim
Fórmula de Cálculo	<p>Onde:</p> <p>TPP = Taxa de Perda de Pacotes</p> <p>NPorigem = N° de pacotes na origem</p> <p>NPdestino = N° de pacotes no destino</p>

Periodicidade de aferição	Sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, poderá ser solicitada a medição do percentual de perda de pacotes fim a fim, através de <i>software</i> de teste específico. A CONTRATADA deverá avaliar a medida do percentual de perda de pacotes por 5 minutos, nos horários de maior tráfego, no mínimo, uma vez por mês.
Limiar de Qualidade	Perda de Pacote Máxima: 2%
Pontos de controle	Medições a serem realizadas pela CONTRATADA, permitindo auditoria pela CONTRATANTE para aferição dos valores deste indicador.
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando solicitado pela CONTRATANTE, relatórios com os valores das medições solicitadas, referentes ao percentual de perda de pacotes.

20.5.5 **TEMPO DE REPARO:** a CONTRATADA deverá garantir o intervalo de tempo máximo para reparo/restabelecimento de um circuito inoperante, após abertura do chamado, verificado conforme tabela a seguir:

Indicador 4: TEMPO DE REPARO	
Descrição do Indicador	Intervalo de tempo máximo para reparo/restabelecimento de um circuito inoperante, devendo ser observado os prazos descritos na coluna SLA do ANEXO V – LOCALIDADES
Fórmula de Cálculo	
Periodicidade de aferição	Contagem do tempo de atendimento após a abertura do chamado.
Limiar de Qualidade	ATENDIMENTO REMOTO: Tempo de reparo em até 4 hs ATENDIMENTO PRESENCIAL: Tempo de reparo, conforme coluna SLA do ANEXO V - LOCALIDADES.
Pontos de controle	Medições a serem realizadas pela CONTRATADA, permitindo acompanhamento e auditoria pela CONTRATANTE para aferição dos valores deste indicador.
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente um relatório com os tempos de reparo apurados por circuito.

21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

- 21.1** A contratação observará os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, conforme previsto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, buscando conciliar eficiência administrativa, economicidade e responsabilidade socioambiental.
- 21.2** Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, especialmente no que se refere a:
- a) uso racional de recursos naturais;
 - b) redução de desperdícios;
 - c) descarte ambientalmente adequado de resíduos, equipamentos e materiais eventualmente substituídos ou inutilizados.
- 21.3** Os equipamentos fornecidos ou utilizados deverão atender, sempre que possível, a critérios de eficiência energética, durabilidade e compatibilidade tecnológica, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e a geração de resíduos eletrônicos.
- 21.4** O descarte de equipamentos, cabos, materiais e componentes deverá observar a legislação ambiental vigente, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), sendo vedado o descarte irregular em áreas públicas ou inadequadas.
- 21.5** A adoção de critérios de sustentabilidade não implicará aumento injustificado de custos, devendo ser compatível com a natureza do objeto e com os princípios da vantajosidade econômica e do interesse público.

22. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 22.1** Com fundamento no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, mediante decisão motivada no instrumento convocatório ou no contrato, exigir prestação de garantia contratual, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 22.2** A garantia, quando exigida, terá como objetivos:
- a) resguardar a Administração contra prejuízos decorrentes de inadimplemento;
 - b) assegurar a continuidade da prestação do serviço;
 - c) garantir a recomposição de danos causados pela execução inadequada do contrato.
- 22.3** A garantia contratual poderá ser prestada, a critério da CONTRATADA, nas seguintes modalidades:
- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia;
 - b) fiança bancária.
- 22.4** O valor da garantia, quando exigido, não poderá exceder o limite legal previsto na Lei nº 14.133/2021, devendo ser proporcional ao risco envolvido na contratação e à complexidade da execução do objeto.
- 22.5** A eventual exigência de garantia não exime a CONTRATADA das demais responsabilidades contratuais, administrativas, civis e penais decorrentes da execução do contrato.

23. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 23.1** O custo estimado total da contratação é de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXX), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo. Os valores estimados foram baseados no mapa de preços conforme ANEXO IX – MAPA REFERENCIAL DE PREÇOS, os quais foram baseados nas

propostas comerciais recebidas durante a fase de cotações de preços realizadas pelo Serviço de Gestão e Cotação de Preços de Serviços Gerais.

24. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES

24.1 A CONTRATADA fica obrigada a observar às condições de execução do contrato, estando sujeita à avaliação da qualidade dos serviços prestados, segundo os níveis de serviço descritos neste Termo.

24.2 No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução das atividades previstas nos termos citados neste termo de referência, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas neste instrumento:

24.2.1 Advertência por escrito:

- a) Será aplicada penalidade de advertência no caso de atraso no cumprimento dos prazos para apresentação de uma solução definitiva para o problema com solução provisória, bem como, nos casos de atraso no encaminhamento do diagnóstico da ocorrência e comprovação da correção após a solução definitiva do problema.

24.2.2 Multa:

- a) Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor mensal contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de reparo (Coluna "SLA" do ANEXO V) previsto para chamados referentes à indisponibilidade do circuito de conectividade a internet (estação remota), limitado a 10% do valor mensal contratado.
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do prazo previsto para a fase de instalação e ativação total da solução de comunicação via satélite, limitado a 20 dias. O atraso superior a 20 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.
- c) Multa moratória de 2,0% (dois por cento) sobre o valor mensal do circuito, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do prazo previsto para instalação ou remanejamento do circuito via satélite, limitado a 10 dias. O atraso superior a 10 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.
- d) Multa moratória de 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o valor total mensal contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas no uso dos circuitos de dados ou problemas com impacto que atinjam mais de 10% das estações contratadas, ainda que estas continuem disponíveis, limitado a 3 dias. O atraso superior a 3 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.
- e) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência.
- f) Multa compensatória 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado no caso de sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização

de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.

g) Multa compensatória 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total do objeto contratado.

h) Multa compensatória 5% (cinco por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução parcial do objeto contratado.

i) Multa compensatória 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

24.2.3 Impedimento temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMM, por prazo não superior a cinco anos.

24.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei 14.133/2021.

24.2.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de impedimento de licitar, a LICITANTE deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

24.2.6 A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

24.2.7 Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito. - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

25. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

25.1 O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante processo administrativo regularmente instaurado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25.2 Constituem hipóteses de extinção contratual, entre outras:

- a) o término do prazo de vigência, sem prorrogação;
- b) o descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais;
- c) a inexecução reiterada dos níveis de serviço;
- d) razões de interesse público, devidamente motivadas;
- e) ocorrência de caso fortuito ou força maior que inviabilize a execução do objeto.

25.3 A extinção do contrato não afasta a aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis, nem prejudica o direito da Administração de ser indenizada por eventuais prejuízos decorrentes da execução inadequada do objeto.

25.4 Nos casos de extinção unilateral por iniciativa da Administração, serão observados os direitos da CONTRATADA quanto ao pagamento dos serviços efetivamente prestados e aceitos até a data da extinção.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 26.1** O presente Termo de Referência vincula-se ao Edital de Licitação, à Ata de Registro de Preços e aos contratos dela decorrentes, integrando-os para todos os fins de direito.
- 26.2** Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.
- 26.3** A participação no certame implica plena aceitação, por parte das licitantes, de todas as condições, exigências e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.
- 26.4** Fica eleito o foro da Comarca de Macapá/AP para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução contratual, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Macapá-AP, 12 de abril de 2026.

Yuri Sanclair

Departamento de Informática
Câmara Municipal de Macapá

Renivaldo Nascimento da Costa

Secretário Especial
Câmara Municipal de Macapá

ANEXO I – QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote	Item	Descrição	Qtd.
01	01	<p>SERVIÇO DE BANDA LARGA: Locais de atendimento com pontos de internet na câmara de vereadores:</p> <p>01 - PRESIDÊNCIA CMM: 400 MPBS 02 - PLENARIO CMM: 800 MBPS 03 – SALA DOS VEREADORES CMM: 500 MBPS 04 – ASSESSORIA, TECNOLOGIA E INFORMATICA: 500 MBPS 05 – SECRETARIA LEGISLATIVO: 300 MBPS 06 – FINANCEIRO ANEXO: 300 MBPS 07 - SECRETARIA GESTAO DE PESSOAL (ANEXO): 300 MBPS 08 - PROCURADORIA (ANEXO): 300 MBPS 09 - CPL (ANEXO): 300 MBPS 10 - SECRETARIA GERAL (ANEXO): 300 MBPS QUANTIDADE TOTAL CONSUMO: 4.000 MBPS</p>	4.000
2	1	<p>Antena Starlink Triband com Acesso a Internet Marca: Starlink Modelo: V4 Tri Band Especificações:</p> <p>O Kit Starlink inclui todos os itens necessários para instalação e uso imediato: Antena Starlink com matriz faseada eletrônica Suporte para fixação Roteador Wi-Fi de 3ª geração Cabo Starlink (15m) Cabo de energia (1,5m) Fonte de alimentação (1,5m) Especificações Técnicas Antena Starlink Tipo: Matriz faseada eletrônica Campo de visão: 110° Orientação: Manual assistida por software Peso: 2,9kg (3,2kg com suporte) Classificação ambiental: IP67 (resistência a intempéries) Temperatura de operação: -30°C a 50°C Velocidade do vento suportada: Até 96km/h Capacidade de derretimento de neve: Até 40 mm/h Consumo de energia: Média de 75 - 100W Dimensões: 594 x 383 x 39,7mm Roteador Wi-Fi Starlink (3ª Geração) Dimensões: 43,4 x 298,6 x 120,4mm Tecnologia Wi-Fi: Wi-Fi 6 (802.11 a/b/g/n/ac/ax)</p>	30

Rádio: Banda tripla 4 x 4 MU-MIMO
Portas Ethernet: 2 portas LAN com tampa removível
Cobertura: Até 297m²
Temperatura de operação: -30°C a 50°C
Peso: 0,57kg
Segurança: WPA2
Classificação ambiental: IP56 (resistente à água)
Compatibilidade Mesh: Suporte para até 3 nós mesh

Starlink (2ª e 3ª geração, não compatível com sistemas mesh de terceiros)
Capacidade de conexão: Até 235 dispositivos simultaneamente
Fonte de Alimentação Starlink
Dimensões: 173 x 93 x 35,75 mm
Peso: 0,65 kg
Classificação ambiental: IP66 Tipo 4
Temperatura de operação: -30°C a 60°C
Especificações elétricas: 100V a 240V ~ 2,5A, 50/60Hz
Instalação e Suporte
Aplicativo Starlink: Disponível para iOS e Android
Guias de instalação e vídeos tutoriais
Modelos 3D do produto
Acessórios e suportes disponíveis para instalação permanente (vendidos separadamente na loja Starlink)
O Kit Starlink é a solução perfeita para quem busca internet de alta velocidade e baixa latência, mesmo em áreas remotas.
Serviço de instalação ou remanejamento do Kit Starlink

CARACTERÍSTICAS GERAIS

- A CONTRATADA deve instalar ou remanejar todos os equipamentos nos endereços constantes no ANEXO VI.
- O serviço deve ser executado em dias úteis, no horário entre 8h e 14h.
- Todos os equipamentos passivos e ativos deverão ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pela contratada e deverá ser garantido o desempenho e os níveis de serviços contratados. Também deverão ser fornecidos com todos os componentes, cabos, módulos e acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.
- Para atender as necessidades eventuais das unidades da CONTRATANTE alguns circuitos podem ser remanejados para outro endereço, após a sua instalação, mediante emissão de documento formal de solicitação.
- A atividade de remanejamento do kit caracteriza-se pela mudança de endereço da unidade para outro endereço inicialmente do kit instalado.
- O serviço de remanejamento consiste em retirar todo o kit na localidade e instalá-lo em unidade no mesmo município ou distinto.

Todo custo de material a ser utilizado na instalação e remanejamento será de responsabilidade da CONTRATADA, não podendo invocar qualquer ônus a

CONTRATANTE.

- A CONTRATADA deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de recebimento da solicitação da CONTRATANTE.
- Qualquer circuito poderá ter sua localização alterada.
- A CONTRATADA será responsável por construir toda a infraestrutura necessária para o pleno funcionamento dos serviços desde a antena até o local de instalação dos equipamentos no prédio da CONTRATANTE, tais como bases de antenas, dutos de passagens de cabos, entre outros necessários a plena ativação da estação.
- Em qualquer das alterações ou remanejamento efetivados, estação remanejada deverá passar pelas etapas de aceitação, de acordo com as condições de recebimento descritas neste termo de referência.
- A CONTRATADA deve apresentar o preço do Remanejamento conforme descrito no item 02 “Serviço de Instalação/Remanejamento” parte integrante de sua nota fiscal.
- Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a CONTRATADA as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.
- Todo o custo de transporte para o deslocamento da equipe técnica para a instalação do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA, não podendo invocar qualquer ônus a CONTRATANTE.
- Caberá à CONTRATADA a total responsabilidade pela infraestrutura material e de serviços necessários à instalação e ao funcionamento do link, incluindo extensões de rede, tomadas apropriadas, hastes metálicas, alinhamento de antenas, eletrocalhas e etc, não podendo invocar qualquer ônus a CONTRATANTE.
- A solução deverá ser entregue em funcionamento e apta a ser ativada na rede local da CONTRATANTE através de cabos metálicos padrão Ethernet RJ-45.
- A antena externa deverá ser instalada e fixada em local adequado, em comum acordo com a CONTRATANTE.
- A antena interna deverá ser instalada no armário de telecomunicações (rack) principal da respectiva unidade.
- O patch cord deverá ser conectado ao adaptador Ethernet e o firewall já existente da CONTRATANTE.
- A rede Wi-Fi da antena deverá ser inicialmente desativada, conforme Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE. Podendo ser reativa a qualquer momento, conforme solicitação da CONTRATANTE.

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003_/2026 – CMM

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP	
UNIDADE REQUISITANTE:	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ
AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:	SERVIDOR(A): YURI SANCLAIR

1. Do Objeto:

O objeto deste estudo técnico preliminar é Sistema de Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acesso à internet, compreendendo o fornecimento de link dedicado terrestre para atendimento da rede corporativa da câmara municipal de macapá e anexos e de link de internet banda larga via satélite em órbita terrestre baixa (leo), com utilização de tecnologia starlink ou equivalente, destinado ao atendimento dos vereadores no exercício de suas atividades institucionais, inclusive em veículos oficiais.

2. Justificativa da Contratação e Descrição da Necessidade

A Câmara Municipal de Macapá – CMM é um órgão responsável por legislar, fiscalizar e representar os interesses da população. Além de sua atividade fim, também há várias atividades administrativas que sustentam o funcionamento do órgão.

O Departamento de Informática atua no desenvolvimento e implantação de sistemas e serviços de TI. Esses serviços e sistemas servem de suporte para as atividades finalísticas e administrativas da CMM, proporcionando maior qualidade e agilidade na operação dessas atividades.

Um dos serviços primordiais para o funcionamento das atividades da CMM é a conectividade à internet. Sendo necessário a contratação de link de internet mediante um provedor que fornecerá esse serviço.

Visando ter maior proximidade com o cidadão, bem como dar visibilidade e transparência de suas ações, a CMM realiza a transmissão de suas sessões legislativas através da internet, bem como programas de rádio e TV, sendo totalmente dependente de conectividade para o seu pleno funcionamento. Também há portal institucional, portal de transparência, entre outros, que também necessitam estar disponíveis na internet.

Recentes demandas comprovaram a concretização da necessidade de instalar uma estrutura de redes mais robusta, redundante, de maior capacidade e mais veloz, que seja menos complexa e capaz de se adaptar e atender aos requisitos dos serviços prestados por esta Câmara Municipal.

Esta necessidade fica mais evidente a partir da evolução dos serviços de TIC existentes, do crescente aumento da demanda ainda represada, da exigência por requisitos de qualidade e desempenho cada vez maiores, e do contínuo desenvolvimento e implantação de novos serviços. Construir uma infraestrutura própria para anteder as unidades Administrativas da CMM com circuitos de dados que estabeleça comunicação é inviável financeiramente, além da ausência de recursos humanos para projetar, implantação e oferecer a manutenção desta infraestrutura.

Por isso, busca-se a contratação de empresa que forneça o serviço de circuito de acesso à internet via satélite banda larga com uso da rede de satélites em órbita terrestre baixa (LEO), incluindo equipamentos em comodato, serviço de instalação, suporte técnico e manutenção. Registra-se que a eventual descontinuidade do serviço acarretaria prejuízos significativos à execução das atividades institucionais, comprometendo o funcionamento regular da Casa Legislativa.

Diante da importância estratégica desses serviços e sistemas para o funcionamento da Câmara Municipal de Macapá, a contratação de um serviço de link de internet se justifica pela necessidade de garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança das comunicações e operações realizadas pelo órgão. Um link de internet confiável e de alta velocidade é fundamental para manter a eficiência e a transparência das atividades legislativas e administrativas.

3. Área Requisitante

Departamento de Informática da Câmara Municipal de Macapá.

4. Necessidades de Negócio

- Garantir a conectividade interna e externa da instituição.
- Permitir o acesso a serviços online e aplicativo.
- Viabilizar a comunicação e o trabalho remoto.
- Promover a segurança da informação.
- Prestação de serviço pelo período de 12 meses

5. Necessidades Tecnológicas

- **Velocidade de download e upload: 4 Gbps.**

- **Meio de transmissão:** A empresa deve usar, preferencialmente, fibra óptica para última milha.
- **Latência:** A latência do link não deve ser superior a 50ms (cinquenta milissegundos), para garantir uma resposta rápida em aplicações sensíveis à latência, como videoconferências e transmissões online.
- **Disponibilidade:** O link deve garantir uma disponibilidade mínima de 99,7%, assegurando que a conexão esteja disponível a maioria do tempo e minimizando interrupções no serviço.
- **Simetria:** O link deve ser simétrico, ou seja, a velocidade de upload deve ser igual à velocidade de download, garantindo uma experiência de uso equilibrada para os usuários.
- **Compatibilidade:** O link deve ser compatível com os equipamentos de rede do órgão/entidade, garantindo uma integração fácil e eficiente.
- **Suporte técnico:** 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- **SLA (Service Level Agreement):** A empresa fornecedora do link deve estabelecer um SLA que defina os níveis de serviço, incluindo tempo de resposta para solução de problemas, tempo de reparo em caso de falhas, entre outros.
- **Monitoramento:** A empresa fornecedora do link deve oferecer ferramentas de monitoramento que permitam acompanhar o desempenho da conexão e identificar eventuais problemas.
- **Redundância:** O link deve ser redundante, ou seja, deve haver uma rota alternativa para a transmissão de dados em caso de falha na rota principal.
- **Segurança:** Implementação de medidas de segurança para proteger a informação contra acessos não autorizados, ataques cibernéticos e outros riscos.
- **Infraestrutura:** A empresa deve possuir infraestrutura própria e robusta para garantir a qualidade do serviço.
- **Experiência:** A empresa deve ter experiência comprovada na prestação de serviços de link de internet para órgãos públicos.
- **Material:** A empresa deve fornecer todo o material e mão-de-obra necessários para a instalação do link.

6. Estimativa da demanda – quantidade de bens e serviços

A indicação das quantidades foi definida com base no último contrato vigente, estando devidamente detalhada no **ANEXO I** deste Estudo Técnico Preliminar.

7. Levantamento de soluções

Para o atendimento da demanda em questão foram levantadas as seguintes soluções:

Solução 01: Internet via Fibra óptica

Essa solução consiste na utilização de fibra óptica para entregar o link de internet ao cliente. É uma solução mais moderna, que oferece alta velocidade e confiabilidade.

Solução 02: Internet via Rádio

Consiste na instalação de rádios transmissores que fará a conexão do cliente ao provedor.

Solução 03: Internet via Satélite

Consiste em uma tecnologia de conexão que utiliza antenas parabólicas para se conectar a

satélites e entregar internet para o cliente.

8. Análise comparativa de soluções

1- Internet via Fibra óptica

A solução de link de internet via fibra óptica é uma das tecnologias mais avançadas e eficientes para a transmissão de dados em alta velocidade. A fibra óptica é um meio de transmissão que utiliza fios de vidro ou plástico, chamados de fibras ópticas, para transmitir sinais de luz, em vez de sinais elétricos, como ocorre nos cabos de cobre tradicionais. Isso permite uma transmissão de dados mais rápida e eficiente, com maior largura de banda e menor latência.

A conexão via fibra óptica possui algumas vantagens na sua utilização como a velocidade, já que ela é capaz de transmitir dados em velocidades muito maiores do que os cabos de cobre, o que permite uma navegação mais rápida na internet e uma melhor experiência de uso para os usuários. Também possui maior largura de banda, o que significa que é capaz de transmitir uma quantidade maior de dados em um curto espaço de tempo. Isso é especialmente importante para aplicações que exigem uma quantidade considerável de dados, como videoconferência.

A fibra óptica é imune a interferências eletromagnéticas, o que significa que ela não é afetada por campos magnéticos ou elétricos externos. Isso garante uma transmissão de dados mais estável e confiável, sem quedas de sinal ou perdas de pacotes. Possui uma latência muito menor do que outras tecnologias, tendo tempo de resposta entre o envio e o recebimento de dados menor. Seu custo de manutenção é baixo, ou seja, requer menos manutenção ao longo do tempo.

2- Internet via Rádio

A solução de link de internet via rádio é uma alternativa para a transmissão de dados em locais onde a infraestrutura de fibra óptica não está disponível ou é inviável devido a questões geográficas, ou econômicas. Nesse tipo de solução, a transmissão de dados é realizada via ondas de rádio, emitidas por antenas transmissoras e recebidas por antenas receptoras.

Dentre as principais vantagens de solução estão a rapidez na instalação, sendo rápida e simples, pois não requer a instalação de cabos de fibra óptica. Tem uma maior flexibilidade: A solução de link de internet via rádio é flexível e pode ser facilmente adaptada às necessidades do usuário, podendo ser utilizada em diferentes ambientes e situações.

A internet via rádio, embora seja uma solução viável em muitos cenários, apresenta algumas desvantagens que precisam ser consideradas. Uma das principais desvantagens é a vulnerabilidade a interferências eletromagnéticas, que podem ser causadas por diversos

fatores, como equipamentos eletrônicos próximos, condições climáticas adversas, obstáculos físicos e até mesmo interferências de outras redes sem fio. Essas interferências podem resultar em uma conexão instável, com quedas frequentes e perda de pacotes de

dados, afetando a qualidade do serviço.

Além disso, a internet via rádio pode ser afetada por condições climáticas adversas, como chuvas intensas, tempestades elétricas e nevoeiro. A chuva, em particular, pode causar atenuação do sinal de rádio, reduzindo a qualidade da conexão e aumentando a latência. Isso ocorre porque as gotas de chuva atuam como obstáculos físicos para as ondas de rádio, absorvendo parte da energia do sinal e

dispersando-o em várias direções. Quanto mais intensa for a chuva, maior será a atenuação do sinal e mais difícil será manter uma conexão estável.

Outro problema relacionado à internet via rádio é a limitação da largura de banda, que pode ser menor em comparação com outras tecnologias de transmissão de dados, como a fibra óptica. Isso pode resultar em velocidades de transmissão mais lentas e uma experiência de uso menos satisfatória para os usuários.

Por fim, a internet via rádio pode ser mais suscetível a ataques cibernéticos, como interceptação de dados, spoofing e negação de serviço. Isso ocorre porque os sinais de rádio podem ser facilmente capturados e manipulados por terceiros mal-intencionados, comprometendo a segurança e a privacidade dos dados transmitidos.

3- Internet via Satélite

A solução de link de internet via satélite é uma tecnologia que utiliza satélites de comunicação para transmitir dados de internet para usuários em todo o mundo. Essa tecnologia é especialmente útil em áreas remotas ou de difícil acesso, onde a infraestrutura de fibra óptica ou rádio transmissor não está disponível, ou é inviável.

A transmissão de dados via satélite funciona da seguinte forma: os dados são enviados de um ponto de origem, como um provedor de internet, para um satélite em órbita da Terra. O satélite recebe os dados, amplifica-os e os retransmite para uma antena receptora localizada na Terra. A antena receptora recebe os dados e os envia para o dispositivo do usuário, como um computador ou smartphone.

Uma das principais vantagens do link de internet via satélite é a ampla cobertura geográfica, possibilitando acesso à rede mesmo em localidades remotas ou de difícil acesso, onde não há disponibilidade ou viabilidade técnica e econômica de infraestrutura terrestre, como fibra óptica ou enlaces por rádio.

Para redes corporativas, a solução apresenta benefícios relevantes, especialmente quanto à rápida implantação e independência de infraestrutura local. Contudo, é importante registrar que a latência tende a ser mais elevada em comparação às tecnologias terrestres tradicionais, o que pode impactar aplicações sensíveis a atraso, como sistemas de comunicação em tempo real (voz sobre IP, videoconferências e determinados sistemas corporativos). Além disso, a estabilidade do sinal pode sofrer interferências em condições climáticas adversas.

Em síntese, a internet via satélite constitui alternativa estratégica para garantir conectividade em áreas remotas, devendo suas vantagens e limitações técnicas serem devidamente consideradas no planejamento da solução.

Comparação entre as soluções			
	FIBRA ÓTICA	RÁDIO	SATÉLITE
Desempenho	Superior	Variável	Superior
Largura de banda	Maior	Limitada	Maior
Custo de manutenção	Menor	Maior	Menor
Facilidade na recuperação de falhas	Maior	Menor	Maior
Disponibilidade	Maior	Menor	Maior
Perda de pacotes	Menor	Maior	Menor
Delay	Menor	Maior	Menor

9. Registro de soluções consideradas inviáveis

Devido às características de desempenho e estabilidade, que podem afetar na qualidade das aplicações utilizadas na CMM, como transmissões e web conferências, a **Solução 02** é considerada **inviável**.

10. Análise comparativa de custos

Os custos estimados serão apurados com base em cotações obtidas junto a contratações públicas similares, extraídas de plataformas de compras governamentais, considerando serviços com características equivalentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, prestados por provedores de internet que ofertam soluções compatíveis.

11. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de link de internet dedicado, com locação dos equipamentos necessários à execução do serviço, suporte técnico e manutenção. O link deve ser simétrico (velocidade de upload deve ser igual à velocidade de download) e deve chegar ao prédio da CMM via fibra óptica. A empresa deve prover suporte 24/7, e garantir no mínimo 80% da banda contratada. A contratada deve disponibilizar um bloco de endereço /29, com 6 endereços IPs válidos.

É de ressaltar que o objeto a ser contratado é de natureza contínua e de maior complexidade técnica, que exigem mão de obra mais especializada, **e o risco de se optar por um prazo de vigência mais longo tende a ser menor**, uma vez que, quanto mais especializado for o serviço, a propensão é que sejam mais qualificados os colaboradores da empresa contratada, por se tratar de um segmento comercial mais objetivo.

São exemplos de serviços com maior complexidade técnica, os serviços de manutenção predial, manutenção de ar-condicionado, link de internet, entre outros. Destarte, a avaliação de uma

execução plurianual trará efetivas vantagens para a esta Casa de Leis tais como:

- Diluição de custos e economia de escala, o que proporciona uma proposta de menor valor para a Administração Pública;
- Evitará custos burocráticos com a realização de um procedimento licitatório a cada ano ou a renovação do contrato;
- Redução das assimetrias informacionais acerca do contratado e da execução contratual;
- Ampliação da competitividade; e
- **Mais eficiência e agilidade para Administração**

12. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Em razão das características do serviço não serão admitidos parcelamento da solução em discussão.

13. Alinhamento entre contratação e planejamento

A contratação em tela faz parte do planejamento da CMM e está prevista na Lei Orçamentária desta Casa e ainda não possuímos o Plano Anual de Compras, o qual já está em estudo.

14. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se identificou contratações interdependentes e/ou correlatas, sendo que a prestação dos serviços dependem exclusivamente do presente procedimento.

15. Possíveis impactos ambientais

Não se identificou possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação em discussão.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretendida proporcionará ganhos institucionais relevantes, tanto sob o aspecto operacional quanto estratégico, contribuindo diretamente para a melhoria da prestação dos serviços públicos e para o fortalecimento da atividade legislativa.

- **Melhoria da velocidade e da qualidade da conexão**

A ampliação da capacidade de banda e a adoção de solução tecnologicamente adequada permitirão maior fluidez no tráfego de dados, redução de lentidão e melhor desempenho em transmissões ao vivo, sistemas internos, videoconferências e acesso a plataformas institucionais.

- **Garantia de estabilidade e confiabilidade do serviço**

A implementação de solução com Acordo de Nível de Serviço (SLA), monitoramento contínuo e suporte técnico 24x7 assegurará maior disponibilidade da rede, reduzindo interrupções e mitigando riscos de indisponibilidade que possam comprometer as atividades administrativas e legislativas.

- **Facilitação do acesso a aplicações críticas**

Com conexão estável e adequada aos requisitos técnicos, será assegurado o funcionamento eficiente de sistemas essenciais, como portais institucionais, portal da transparência, sistemas legislativos, financeiros e de gestão de pessoal, garantindo continuidade e segurança das operações.

- **Aumento da produtividade dos usuários**

A melhoria na performance da rede impactará diretamente o desempenho dos servidores e parlamentares, reduzindo tempo de espera, retrabalho e falhas operacionais, resultando em maior eficiência administrativa e melhor atendimento à sociedade.

De forma geral, a contratação contribuirá para elevar o padrão tecnológico da infraestrutura da Câmara Municipal de Macapá, promovendo maior eficiência, transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos.

17. Providências a serem adotadas

Tendo em vista que esta solução já é utilizada no órgão, não há necessidade de alterações na sua infraestrutura de TI para a implantação do serviço.

18. Declaração de viabilidade

A equipe de planejamento, com fundamento nas análises técnicas e econômicas realizadas, declara viável a presente contratação, a ser processada por meio de licitação regida pela Lei nº 14.133/2021, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, com adjudicação por lotes, por se mostrar a solução mais adequada ao atendimento das necessidades institucionais e à promoção da economicidade e eficiência administrativa.

19. Justificativa de viabilidade

A equipe de planejamento, após análise detalhada da contratação pretendida e considerando os fundamentos expostos nos itens anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, conclui que as Soluções 1 e 3 apresentam-se como as alternativas mais viáveis sob os aspectos técnico e econômico para atender à necessidade de disponibilização de link de internet à Câmara Municipal de Macapá, assegurando desempenho, disponibilidade e continuidade dos serviços institucionais.

Macapá, 12 de abril de 2026

Yuri Sanclair

Departamento de Informática
Câmara Municipal de Macapá

Renivaldo Nascimento da Costa

Secretário Especial
Câmara Municipal de Macapá

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote	Item	Descrição	Qtd.
01	01	<p>SERVIÇO DE BANDA LARGA: Locais de atendimento com pontos de internet na câmara de vereadores:</p> <p>01 - PRESIDÊNCIA CMM: 400 MPBS 02 - PLENARIO CMM: 800 MBPS 03 - SALA DOS VEREADORES CMM: 500 MBPS 04 - ASSESSORIA, TECNOLOGIA E INFORMATICA: 500 MBPS 05 - SECRETARIA LEGISLATIVO: 300 MBPS 06 - FINANCEIRO ANEXO: 300 MBPS 07 - SECRETARIA GESTAO DE PESSOAL (ANEXO): 300 MBPS 08 - PROCURADORIA (ANEXO): 300 MBPS 09 - CPL (ANEXO): 300 MBPS 10 - SECRETARIA GERAL (ANEXO): 300 MBPS QUANTIDADE TOTAL CONSUMO: 4.000 MBPS</p>	4000
2	1	<p>Antena Starlink Triband com Acesso a Internet Marca: Starlink Modelo: V4 Tri Band Especificações:</p> <p>O Kit Starlink inclui todos os itens necessários para instalação e uso imediato: Antena Starlink com matriz faseada eletrônica Suporte para fixação Roteador Wi-Fi de 3ª geração Cabo Starlink (15m) Cabo de energia (1,5m) Fonte de alimentação (1,5m) Especificações Técnicas Antena Starlink Tipo: Matriz faseada eletrônica Campo de visão: 110° Orientação: Manual assistida por software Peso: 2,9kg (3,2kg com suporte) Classificação ambiental: IP67 (resistência a intempéries) Temperatura de operação: -30°C a 50°C Velocidade do vento suportada: Até 96km/h Capacidade de derretimento de neve: Até 40 mm/h Consumo de energia: Média de 75 - 100W Dimensões: 594 x 383 x 39,7mm Roteador Wi-Fi Starlink (3ª Geração) Dimensões: 43,4 x 298,6 x 120,4mm Tecnologia Wi-Fi: Wi-Fi 6 (802.11 a/b/g/n/ac/ax)</p>	30

Rádio: Banda tripla 4 x 4 MU-MIMO
Portas Ethernet: 2 portas LAN com tampa removível
Cobertura: Até 297m²
Temperatura de operação: -30°C a 50°C
Peso: 0,57kg
Segurança: WPA2
Classificação ambiental: IP56 (resistente à água)
Compatibilidade Mesh: Suporte para até 3 nós mesh

Starlink (2ª e 3ª geração, não compatível com sistemas mesh de terceiros)
Capacidade de conexão: Até 235 dispositivos simultaneamente
Fonte de Alimentação Starlink
Dimensões: 173 x 93 x 35,75 mm
Peso: 0,65 kg
Classificação ambiental: IP66 Tipo 4
Temperatura de operação: -30°C a 60°C
Especificações elétricas: 100V a 240V ~ 2,5A, 50/60Hz
Instalação e Suporte
Aplicativo Starlink: Disponível para iOS e Android
Guias de instalação e vídeos tutoriais
Modelos 3D do produto
Acessórios e suportes disponíveis para instalação permanente (vendidos separadamente na loja Starlink)
O Kit Starlink é a solução perfeita para quem busca internet de alta velocidade e baixa latência, mesmo em áreas remotas.
Serviço de instalação ou remanejamento do Kit Starlink

CARACTERÍSTICAS GERAIS

- A CONTRATADA deve instalar ou remanejar todos os equipamentos nos endereços constantes no ANEXO VI.
- O serviço deve ser executado em dias úteis, no horário entre 8h e 14h.
- Todos os equipamentos passivos e ativos deverão ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pela contratada e deverá ser garantido o desempenho e os níveis de serviços contratados. Também deverão ser fornecidos com todos os componentes, cabos, módulos e acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.
- Para atender as necessidades eventuais das unidades da CONTRATANTE alguns circuitos podem ser remanejados para outro endereço, após a sua instalação, mediante emissão de documento formal de solicitação.
- A atividade de remanejamento do kit caracteriza-se pela mudança de endereço da unidade para outro endereço inicialmente do kit instalado.
- O serviço de remanejamento consiste em retirar todo o kit na localidade e instalá-lo em unidade no mesmo município ou distinto.

Todo custo de material a ser utilizado na instalação e remanejamento será de responsabilidade da CONTRATADA, não podendo invocar qualquer ônus a CONTRATANTE.

	<ul style="list-style-type: none">• A CONTRATADA deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de recebimento da solicitação da CONTRATANTE.• Qualquer circuito poderá ter sua localização alterada.• A CONTRATADA será responsável por construir toda a infraestrutura necessária para o pleno funcionamento dos serviços desde a antena até o local de instalação dos equipamentos no prédio da CONTRATANTE, tais como bases de antenas, dutos de passagens de cabos, entre outros necessários a plena ativação da estação.• Em qualquer das alterações ou remanejamento efetivados, estação remanejada deverá passar pelas etapas de aceitação, de acordo com as condições de recebimento descritas neste termo de referência.• A CONTRATADA deve apresentar o preço do Remanejamento conforme descrito no item 02 “Serviço de Instalação/Remanejamento” parte integrante de sua nota fiscal.• Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a CONTRATADA as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.• Todo o custo de transporte para o deslocamento da equipe técnica para a instalação do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA, não podendo invocar qualquer ônus a CONTRATANTE.• Caberá à CONTRATADA a total responsabilidade pela infraestrutura material e de serviços necessários à instalação e ao funcionamento do link, incluindo extensões de rede, tomadas apropriadas, hastes metálicas, alinhamento de antenas, eletrocalhas e etc, não podendo invocar qualquer ônus a CONTRATANTE.• A solução deverá ser entregue em funcionamento e apta a ser ativada na rede local da CONTRATANTE através de cabos metálicos padrão Ethernet RJ-45.• A antena externa deverá ser instalada e fixada em local adequado, em comum acordo com a CONTRATANTE.• A antena interna deverá ser instalada no armário de telecomunicações (rack) principal da respectiva unidade.• O patch cord deverá ser conectado ao adaptador Ethernet e o firewall já existente da CONTRATANTE• A rede Wi-Fi da antena deverá ser inicialmente desativada, conforme Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE. Podendo ser reativa a qualquer momento, conforme solicitação da CONTRATANTE	
--	---	--

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – CMM

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

A/C PREGOEIRO

Assunto: Referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000_/2026 – CMM

PROPOSTA DE PREÇO

.....**nome.....da.....empresa.....**, CNPJ nº _____.____.____ / ____-__, vem, por meio de seu representante legal, apresentar a Proposta no **Valor Global** de **R\$ x.xxx,xx** (Valor por extenso.....), para fornecer o objeto, nas condições e prazos estabelecidos no Pregão supracitado, de acordo com os preços constantes no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01		UND	12	
VALOR TOTAL (R\$)				

Dados Bancários: Banco / Agência/ Conta Corrente:

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

(Cidade), ____ de ____ de 2026.

Representante Legal

Identificação do Representante Legal:

Nome completo:

CIC:

RG:

Cargo na empresa:

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 - CMM

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

a) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

b) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial da CMM acessível em <https://www.macapa.ap.leg.br/transparencia/doe-diario-oficial-eletronico/doe-no-0004-2025-cmm/view>.

f) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

g) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14

de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

h) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;

i) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Cidade, xx de xxxxxx de 2025

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 - CMM

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2026

PROCESSO Nº 00__/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900__/2025

VALIDADE: 12 (doze) meses

HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Art. 3º, inciso(s) II ao III do Decreto Estadual nº 1.716/2023;

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº XXXXXXXXXXXXX, com sede na Avenida Fab, nº S/N, Centro, CEP: xxxxxxxxxx, na cidade de Macapá/AP, neste ato representado por seu Presidente, nomeado pelo Decreto nº ____, publicado no DOE de __/__/__, inscrito no CPF nº ____-__, portador da Carteira de Identidade nº ____, considerando a homologação da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica nº 9000__/2024_ - CMM, em __/__/__, constantes nos autos do processo administrativo nº __/__/__, **RESOLVE:** registrar os preços da empresa indicada e qualificada na Ata de Registro de Preços nº __/__ - CMM, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, pela Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Ata Sistema de Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acesso à internet, compreendendo o fornecimento de link dedicado terrestre para atendimento da rede corporativa da câmara municipal de macapá e anexos e de link de internet banda larga via satélite em órbita terrestre baixa (leo), com utilização de tecnologia starlink ou equivalente, destinado ao atendimento dos vereadores no exercício de suas atividades institucionais, inclusive em veículos oficiais atendendo aos requisitos técnicos e legais estabelecidos neste edital e seus anexos.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a proceder às contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a compra pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. (art. 83 da Lei nº 14.133/21).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR TOTAL (R\$)
01	Sistema de Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acesso à internet, compreendendo o fornecimento de link dedicado terrestre para atendimento da rede corporativa da câmara municipal de macapá e anexos e de link de internet banda larga via satélite em órbita terrestre baixa (leo), com utilização de tecnologia starlink ou equivalente, destinado ao atendimento dos vereadores no exercício de suas atividades institucionais, inclusive em veículos oficiais atendendo aos requisitos técnicos e legais estabelecidos neste edital e seus anexos.	UND	12	
VALOR TOTAL (R\$)				

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

1ª Classificada – Empresa detentora da ARP		
Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:		
Endereço Eletrônico:		
Representante:		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF:		CPF n.º:

2.3. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**.

2.4. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro

de Preços.

2.5. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

Ordem de Classificação	Empresa	Item	Quantidade Registrada	Valor Expresso em R\$	
				Unitário	Total

(...)

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.2. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/21.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será a Câmara Municipal de Macapá, que exercerá suas atribuições por intermédio da Secretaria de Administração.

5. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. O quantitativo decorrente das aquisições ou contratações adicionais não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Câmara Municipal de Macapá, independentemente do número de órgãos não

participantes que aderirem.

5.4. De acordo com o art. 82 ao art 86 da lei 14.133/2021, após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. O Órgão Gerenciador, além dos incisos consignados no art. 82 ao 86 da Lei 14.133/2021, obriga-se a:

6.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços - ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

6.1.2. Observar para que, durante a vigência da presente ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ARP.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

7.1. A Adjudicada detentora da ARP, além das disposições contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, obriga-se a:

7.1.1. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes;

7.1.2. Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto, por intermédio de carta endereçada a esta Central de Licitações, nas ocasiões em que houver a substituição daquele anteriormente indicado na proposta definitiva de preços (Anexo II do Edital);

7.1.3. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não da execução dos serviços a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a Ata.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Estará sujeita às penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 a licitante e/ou

a contratada que:

- a) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, não aceitar ou retirar a nota de empenho;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) inexecutar total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal;
- j) não cumprir ou cumprir irregularmente as normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, quando os pedidos de prorrogação e/ou modificação não forem acatados pela Administração;
- k) desrespeitar as determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o contrato ou por autoridade superior;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. A licitante e/ou contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo das demais cominações legais, às seguintes sanções:

- 8.2.1. **advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 8.2.2. **multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
- 8.2.3. **multa compensatória** de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, **recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente**, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;
- 8.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 8.2.5. **impedimento de licitar e contratar** com a Câmara Municipal de Macapá com o consequente descredenciamento do Cadastro Central de Fornecedores, pelo prazo de até

03 (três) anos;

8.2.6. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, quando a infração justificar a sua imposição.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade conforme proposta dos órgãos de controle.

8.3.1. A sanção de advertência será aplicada quando a licitante der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.3.2. A sanção de multa poderá ser aplicada em quaisquer hipóteses previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21 e ensejará na possibilidade de defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua intimação, devendo ser paga em até 30 (trinta) dias do encerramento do processo administrativo correspondente.

8.3.2.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, a Câmara Municipal de Macapá poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.3.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o a Câmara Municipal de Macapá será aplicada quando a licitante der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não mantiver a proposta; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.3.4. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada quando a licitante apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 e, também, nas hipóteses previstas no art. 155 da Lei n.º 14.13/21, quando a gravidade da conduta justificar a sua imposição.](#)

8.4. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com a Administração, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração e de

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.7. A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.8. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente, deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, bem como alicerçar-se na análise jurídica prévia realizada, nos termos do art. 156, par. 6º da Lei n.º 14.133/21.

8.9. As situações dispostas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

8.10. Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da ciência da infração, a possibilidade de aplicação de sanções pela Administração.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas nas Leis n.º 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei n.º 12.846 \(Lei Anticorrupção\)](#) serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Anticorrupção.

8.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade mediante a reparação integral do dano causado à Administração Pública, o pagamento da multa indicada, o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade (no caso de impedimento de licitar e contratar) ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade (no caso de declaração de inidoneidade), o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo e a realização de análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento destes requisitos.

8.13. Em caso de descumprimento das disposições dispostas na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), será remetida representação à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que poderá aplicar as sanções administrativas dispostas no art. 52 da respectiva Lei.

8.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

8.15. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei n.º 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.16. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração

Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.18. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CMM, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

8.19. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Fornecedores.

9.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

9.1.1. Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Não retirar a Nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

9.1.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese deste se apresentar superior aos praticados no mercado;

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/21;

9.1.5. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

9.1.6. A pedido do detentor da Ata, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

10. DA PUBLICIDADE

10.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Macapá.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 9000_/2025-CCC/CMM** e as propostas, com preços, quantidades e especificações;

11.2. As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do

ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.3. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

11.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente administrativo.

11.6. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente administrativo, os prazos de que trata o subitem **11.4.** serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

11.7. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Macapá-AP, ____ de ____ de 2025.

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - CMM

INFORMATIVO

Aos senhores licitantes, que desejam participar dos certames licitatórios da Câmara Municipal de Macapá - CMM, com o objetivo de auxiliá-los para a melhor formalização de lances de preços na fase de disputa do certame, informamos a localização territorial do Estado do Amapá:



* Tendo como únicos meios de acesso via aéreo e fluvial, o Estado do Amapá situa-se ao nordeste da região Norte do Brasil e tem como limites a Guiana Francesa a norte, o Oceano Atlântico a leste, o Estado do Pará a sul e oeste e o Suriname a noroeste.

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 – CMM
MINUTA DO CONTRATO

Processo administrativo nº ____/2026/CMM

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº ____ /2026/CMM, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET, MEDIANTE FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO TERRESTRE PARA A REDE CORPORATIVA PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ E ANEXOS, BEM COMO LINK DE BANDA LARGA VIA SATÉLITE EM ÓRBITA TERRESTRE BAIXA (LEO), COM TECNOLOGIA STARLINK OU EQUIVALENTE, DESTINADO AO SUPORTE DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DOS VEREADORES, INCLUSIVE EM VEÍCULOS OFICIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ E A EMPRESA

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 04.188.116/0001-57, situada à Avenida FAB, nº 800, Bairro Centro, Macapá, Estado do Amapá, neste ato representada pelo seu titular o Srº. PEDRO DALUA, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MACAPÁ, brasileiro, casado, portador de RG nº 246.982 PTC/AP e inscrito no CPF sob o nº 511.725.932-72, residente e domiciliado nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, nº _____, Bairro _____, Macapá, Estado do Amapá, CEP nº _____, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Srº. _____, _____ e CPF Nº _____, residente e domiciliado nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais

legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato nº ____/2026/CMM, conforme procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº ____/2026/CMM, Processo nº ____/2026, nos termos dos Artigos 28 a 31 da Lei 14.133/21 que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E VINCULAÇÃO

1.1. O presente contrato decorre de regular procedimento licitatório na modalidade Pregão

Eletrônico, regendo-se pela Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, governança e planejamento.

1.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- I – Edital e anexos;
- II – Termo de Referência;
- III – Proposta da Contratada;
- IV – Eventuais anexos técnicos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acesso à internet, compreendendo o fornecimento de link dedicado terrestre para atendimento da rede corporativa da Câmara Municipal de Macapá e anexos e de link de internet banda larga via satélite em órbita terrestre

baixa (leo), com utilização de tecnologia starlink ou equivalente, destinado ao atendimento dos vereadores no exercício de suas atividades institucionais, inclusive em veículos oficiais. Assegurando

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

2

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

o integral cumprimento das disposições da Lei nº 12.527/2011 (LAI), da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), da Lei nº 13.709/2018 (LGPD)

e da Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital), bem como das demais exigências técnicas e legais estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e no presente Contrato.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento e disponibilização de equipamentos em regime

de locação (comodato), bem como os serviços de instalação, ativação, configuração, gerenciamento, suporte técnico contínuo e manutenção preventiva e corretiva, observadas as condições, especificações

técnicas e quantitativos estabelecidos nos anexos deste instrumento.

3.2. As especificações técnicas, requisitos mínimos de desempenho, níveis de serviço (SLA), bem como

os quantitativos estimados e valores unitários e totais encontram-se detalhados no Anexo I, parte integrante deste Termo de Referência.

3.3. O objeto caracteriza-se como serviço comum, pois podem ser definidos por meio de especificações

objetivas, que estabelecem o padrão de qualidade do serviço a ser contratado pela Administração Pública, de acordo com as características usuais existentes no mercado, sem variações de ordem técnica

nos serviços ofertados pelos diversos prestadores de serviço que atendam as tais especificações objetivas, de natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, passível de padronização e julgamento objetivo.

3.4. A descrição e a especificação técnica dos serviços encontram-se estabelecidas no Anexo I deste instrumento, em conformidade com o detalhamento constante do respectivo Termo de Referência.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO E VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

4.1. O presente contrato será regido pela Lei 14.133/21, estando o mesmo vinculado a todos os atos constantes do processo administrativo nºxxx/xx e Pregão Eletrônico nº xxx/xxx, inclusive a Proposta de Preços formulada pela própria contratada, que passam a fazer parte integrante deste contrato para

todos os fins de direito, como se transcritos estivessem obrigando-se as partes em todos os seus termos.

5 – CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, a partir da data

de sua assinatura, sendo facultado, a contratante prorrogá-lo, nos termos da legislação vigente.

Podendo ser prorrogado até 10 (dez) anos, mediante acordo entre as partes, devidamente justificado e por interesse da Administração, na forma do Art. 107 da Lei 14.133, de 2021.

5.2. O serviço caracteriza-se como continuado, podendo ter vigência inicial de 12 meses, admitidas prorrogações sucessivas até o limite legal de 10 anos, condicionadas à vantajosidade econômica, desempenho satisfatório e justificativa formal da autoridade competente.

5.3. A prorrogação dependerá de avaliação formal de vantajosidade econômica, desempenho satisfatório da contratada, manutenção das condições de habilitação e previsão orçamentária, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

5.4. O prazo de execução dos serviços será iniciado na data da emissão da Ordem de Serviço.

5.5. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do CONTRATO será precedida da

correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

3

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O valor global do presente contrato é estimado em R\$ XXXXX(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), de acordo

com a proposta vencedora, ora contratada, observando-se o anexo I deste termo contratual.

6.2. Os pagamentos serão efetuados após a realização dos serviços, mediante o fornecimento à Câmara Municipal de Macapá/AP de nota fiscal, bem como os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas para a habilitação no procedimento licitatório, com o ateste pelo servidor competente, observando-se o Anexo I deste termo. Estes documentos, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a respectiva apresentação.

6.3. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade fiscal e tributária por parte da empresa vencedora.

6.4. A nota fiscal eletrônica deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentado na etapa de Credenciamento e acolhido os Documentos de Habilitação.

6.5. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão, deverá ser comunicado a Câmara Municipal de Macapá, mediante

documento próprio, para apreciação da autoridade competente.

6.6. Ocorrendo erros e/ou omissão na apresentação do (s) documento (s) fiscal (is), ou outra circunstância impeditiva, o (s) mesmo (s) será (o) devolvido (s) à empresa contratada para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento

será de 05(cinco) dias contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal.

6.7. A Câmara Municipal de Macapá/AP poderá deduzir do pagamento as importâncias que a qualquer

título lhe forem devidos pela empresa contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

6.8. O pagamento referente ao valor da nota fiscal/fatura será feito por ordem bancária ou outro meio definido pela Contratante.

6.9. Para a efetivação do pagamento a Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de preço, habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.10. Na ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, que possam retardar ou impedir a prestação

do serviço, que afetem o equilíbrio econômico-financeiro inicial deverá a empresa protocolar "Pedido

de Revisão", para análise da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Macapá/AP.

6.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

6.12. É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo.

6.13. Ao efetuar qualquer pagamento a fornecedores de bens ou prestadores de serviços, a Câmara Municipal de Macapá/AP fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) na Fonte com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e Portaria nº 028/2023 de 23/10/2023.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

6.14. Excetua-se da obrigação de que trata o item 5.13 as hipóteses elencadas no art. 4º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, devendo o fornecedor de bens ou prestador de serviços apresentar, em conjunto com os demais documentos de cobrança, declaração do respectivo enquadramento, na forma dos anexos da referida Instrução Normativa.

6.15. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da: CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ/AP, Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá, inscrita no CNPJ 04.188.116/0001-57.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da CMM, deste exercício. O objeto será custeado através dos Programas de Trabalho nº 01 031 001 2001 0000 – Manutenção Administrativa da Câmara, Rubrica 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não é permitida a subcontratação.

9 - CLÁUSULA NONA – SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente e seus anexos.

9.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

9.5. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

9.6. Cientificar o setor jurídico da Administração contratada para adoção de medidas cabíveis em caso de descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.7. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes ou meramente protelatórios à boa execução do ajuste.

9.7.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.8. Emitir a competente ordem de compra e/ou de serviço ou prestar todas as informações necessárias para sua realização, por intermédio do representante designado para esse fim.

9.9. Proporcionar os meios e condições indispensáveis a execução das obrigações contratuais.

9.10. Exercer a fiscalização do contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, mediante

servidor especialmente designado.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

5

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

9.11. Notificar a CONTRATADA, por escrito, na ocorrência de eventuais imperfeições ou falhas com relação ao objeto(s) contratado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou por qualquer dano causado a terceiros em razão de ato do Contratado ou seu subordinado.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, quando aplicáveis:

10.1.1. Se aplicável, deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela contratada, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro responsável para o exercício da atividade.

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

10.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os serviços, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia aptos a adequada realização dos serviços, bem como atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em

parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos e/ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços realizada, as devidas Certidões Negativas de Débitos Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas, do FGTS e INSS e Certidão de Falência e Concordata, devidamente atualizadas, devidamente encartadas a respectiva nota fiscal.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

6

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique em relação aos serviços contratados.

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos dados e documentos relativos à execução do contrato.

10.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de

pessoas ou patrimônio da contratada ou de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações da Contratante, adotando sempre as melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Não permitir a utilização de trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

10.16. Quando aplicável, cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116), comprovando tal reserva de cargos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram tais vagas (art. 116, parágrafo único).

10.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.20. Realizar, se aplicável, os serviços de manutenção e assistência técnica devidos nos locais necessários e determinados pela contratante.

10.21. Se aplicável, o técnico deverá se deslocar ao local da repartição para prestação dos serviços contratados, salvo os casos onde, pela baixa complexidade técnica envolvida,

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

7

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM
possa fazê-lo à distância ou de forma remota, sem prejuízo da adequada qualidade do serviço e da celeridade na resolução da situação.

10.22. Se, no decorrer da execução do contrato, surgirem eventos ou características relevantes que possam vir a afetar o objeto do presente, deverá a CONTRATADA comunicar expressamente ao CONTRATANTE acerca do ocorrido, respondendo integralmente por sua omissão;

10.23. Responsabilizar-se com toda as despesas de deslocamento até a sede da Câmara Municipal de Macapá-AP, para entrega dos produtos, execução dos serviços e treinamento.

10.24. Quando aplicável a sua atividade/serviço, deverá emitir as notas fiscais dos serviços contratados em conformidade com as regras de retenção de Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26/06/23, que estabelece a obrigatoriedade dos Municípios reterem o referido imposto nos pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, sob pena de não aceitação pelo Poder Legislativo contratante.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes se comprometem a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre eventuais

contratos de subcontratação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7 O Contratado deverá exigir dos eventuais subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

8

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

11.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10 Os bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento

de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

12.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

12.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

12.6 Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

12.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

12.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

12.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

9

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1 a 12.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.5 a 12.9 do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas 12.1 a 12.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV. Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.11 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

12.12 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.13 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

12.14 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda deste a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.15 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.16 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o

contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.17 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

10

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.18 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.19 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

12.20 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado, ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III - Indenizações e multas.

13.7 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

11

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

13.8 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da contratada;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

13.9 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.10 A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

13.11 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.2. Após o interregno de um ano, conforme requerimento formulado pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro o interregno mínimo de um ano será contado a partir

dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser

determinado(s) pela legislação então em vigor.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

12

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

14.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial,

para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.6.O reajuste será realizado por apostilamento.

14.7. O reequilíbrio econômico e financeiro poderá ocorrer de acordo com o disposto na Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES/ADITAMENTOS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila,

dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. O contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante justificativa formal e expressa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021. A rescisão deverá preservar os direitos das partes e considerar os encargos já cumpridos, mediante termo específico.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPLIANCE

17.1. As partes se comprometem que, no que diz respeito a este contrato, que nem elas nem qualquer

membro dos seus grupos, nem qualquer agente, consultor ou outro intermediário que atua em seu nome ou dos seus grupos, irão, direta ou indiretamente dar, prometer, oferecer, aprovar ou autorizar

a oferta de algo de valor a:

A) qualquer empregado, oficial ou diretor, ou qualquer pessoa que represente empresas públicas ou privadas ou companhia afiliada do mesmo, que estejam e venham a se relacionar em razão do objeto contratual;

B) qualquer outra pessoa, incluindo qualquer funcionário público;

C) partidos políticos ou sindicatos controlados pelo governo ou por qualquer partido político; ou,

D) organizações de caridade ou administradores, diretores ou empregados das mesmas, ou qualquer pessoa que atue direta ou indiretamente em nome das mesmas, com a finalidade de:

1 - Garantir qualquer vantagem indevida para qualquer funcionário das partes contraentes e/ou de qualquer empresa com quem se relacionem em razão do objeto contratual ou empresa afiliada da mesma;

2 - Induzir ou influenciar indevidamente funcionários públicos para que tomem medidas ou abstenham-se de tomá-las para benefício de qualquer das partes, ou para assegurar a direção dos negócios a qualquer das partes.

17.2. As partes garantem ainda que:

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

13

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

A) segundo seu melhor conhecimento, nem elas nem qualquer de seus afiliados, diretores, acionistas,

empregados, agentes, outros intermediários, ou qualquer outra pessoa que atue direta ou indiretamente da sua parte, executarão qualquer das ações descritas nos itens acima;

B). As pessoas descritas acima, cumprirão com as disposições desta cláusula;

C). Asseguram e garantem que elas e os seus afiliados, oficiais, diretores, acionistas, empregados, agentes ou outros intermediários, ou qualquer outra pessoa que atue direta ou indiretamente de sua parte, cumprirão totalmente com as diretrizes de anticorrupção em vigor no Brasil (Lei Federal 12.846/2013); e

D). Certificam e garantem que manterão registros adequados de forma a possibilitar verificação do cumprimento dos dispositivos da presente cláusula, e, sem prejuízo das demais disposições do presente contrato relativas a auditorias.

17.3. Das obrigações para não adoção de práticas de trabalho ilegal:

A) a contratada se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal

de crianças e adolescentes no cumprimento do presente contrato;

B) a contratada se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da lei nº 10.097, de 19.12.2000, e da consolidação das leis do trabalho;

C) a contratada se compromete a não empregar adolescentes até 18 (dezoito) anos de idade, em locais

prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como, em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda,

em horário noturno, considerado este o período compreendido entre as 22h às 05h.

17.4. Das obrigações para proteção e preservação do meio ambiente:

A) a contratada se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra

práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não limitando ao cumprimento da lei federal nº 6.938/81 (política nacional do meio ambiente) e da lei nº 9.605/98 (Lei dos crimes ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a conjugar esforços para proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, em suas respectivas relações comerciais.

17.5. É facultado à contratante verificar o cumprimento das disposições contidas nesta cláusula, cujo descumprimento, por parte da contratada, ensejará justo motivo para a rescisão do presente contrato.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A execução do Contrato será acompanhada pelo (s) Responsável (is) Solicitante (s), nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/21 sendo designado o servidor.

18.2. O fiscal poderá ser auxiliado por equipe de apoio, a quem caberá subsidiar tecnicamente suas análises, conforme previsão do §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

18.3. Os registros da fiscalização integrarão o processo administrativo de execução contratual, podendo ser utilizados para fins de aplicação de penalidades, emissão de atestados de capacidade técnica, auditorias e controle interno e externo.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MACAPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

14

Av. Fab, nº 800, Centro, CEP nº 68.900-073 - Macapá – Amapá / www.macapa.ap.leg.br ®CMM

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS (art.92, III)

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Caberá à contratante providenciar a publicação do extrato do presente contrato, nos termos da Lei 14.133/21.

21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Macapá, Estado do Amapá, para dirimir questões oriundas deste

contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Macapá-AP, ____ de _____ de 2026.

Pedro da Lua

Presidente da Câmara Municipal de Macapá

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

1 - Nome:

CPF nº:

2 – Nome:

CPF nº: